



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ATA N.º 51**

Sessão Ordinária de fevereiro

2.ª reunião de 07-03-2012

Aos sete dias do mês de março de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Vítor Manuel Marques de Oliveira, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, António José Mila Canhoto, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Maria Teresa Lopes Ramos dos Santos, Victor Manuel Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Telmo Vieira Martins, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte membro:<sup>001</sup>

Rafael Alexandre Lopes Nevado, Carlos Mário Magalhães Anileiro, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca e Paulo Jorge Teixeira de Jesus.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso (chegou às 21:30 horas), Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, e Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Elisabete Krithinas de Freitas, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Vitor Manuel Marques de Oliveira, António José Mila Canhoto, Maria Teresa Lopes Ramos dos Santos, Paulo Alexandre Florentino Marques, e António Manuel Santos Salavessa, respetivamente.<sup>003</sup>

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião, por Firmino Marques Ferreira.

Os sucedâneos, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Marco António da Costa Gonçalves, Maria João Moreira Dinis, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

## **PONTO 2. – Via de acesso da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico (UTMB) à EN 235:**<sup>004</sup>

**2.1 – Reconhecimento da inexistência de localização alternativa em áreas não integradas em REN – deliberação;**

**2.2 – Declaração de interesse municipal da construção da via de acesso à UTMB – deliberação.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária pública de 16/02/2012, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).*

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Câmara fez uma breve apresentação dos documentos em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>005</sup>

*“Boa noite Senhor Presidente e aproveitando enquanto os homens estão em maioria ainda no executivo e já se enfraqueceu agora ligeiramente na parte final. Em relação ao assunto, há um pensamento que nos diz que todas as grandes caminhadas começam sempre por um primeiro passo. Se o atualizarmos à reunião de hoje e ao assunto que está aqui em discussão e todas ou não. A maior parte delas tem sempre um último passo e acreditamos que esta caminhada que já encetámos em relação a esta nova via de acesso à UTMB seja o último passo que a Assembleia terá que dar — nos muitos passos já dados até ao momento, para que essa nova via se venha a concretizar.*

*No essencial o que está aqui em causa neste processo, é o reconhecimento, é a deliberação da Assembleia Municipal, reconhecendo o interesse municipal da construção desta nova via ou melhor de parte desta nova via.*

*Esta nova via terá cerca de quatro quilómetros ou cinco de extensão, o que está aqui em causa hoje para apreciação pela Assembleia Municipal se pronunciar quanto ao interesse, tem a ver com um quilómetro, quilómetro e meio, já na parte final em que se aproxima da variante. E porquê? Porque o restante, a maior parte, cerca de dois terços ou três quartos dessa via situava-se em zona de RAN de Reserva Agrícola Nacional e esse processo foi resolvido já há algum tempo, portanto há autorização à desafetação e à autorização por parte da RAN na utilização desse espaço. Só que este quilómetro, quilómetro e meio que faltava incluía também REN Reserva Ecológica Nacional.*

*No âmbito desta Reserva Ecológica, nós pensávamos não ser necessária esta aprovação do interesse pela Assembleia — até porque a Assembleia por diversas vezes, nomeadamente numa Moção que aqui veio, condicionou o início de funcionamento da Unidade de Tratamento Mecânico Biológica à construção desta via. E na nossa perspetiva era suficiente, condicionado, só permitindo que o novo equipamento funcionasse depois da construção da nova via está naturalmente reconhecido o interesse e mais do que o interesse, que a Assembleia Municipal tem nessa via.*

*No entanto a CCDR, a entidade que se tem que pronunciar sobre isto, embora reconhecendo as razões, embora afirmando a sua aprovação e nada tendo a opor a essa desafetação, cautelarmente e de acordo com a Lei, exige que a Assembleia Municipal independentemente de todas as intenções já aqui afirmadas, delibere expressa e intencionalmente que aquele bocado, aquele quilómetro, quilómetro e meio, a Assembleia vê interesse municipal em que esse novo arruamento se venha a fazer.*

*E é por isso que aqui estamos para que a Assembleia analise esta proposta e para que no essencial, reconheça o interesse municipal dessa nova via.*

*Para além da questão dessa nova via, uma ou duas notas do interesse que tem para o funcionamento desse equipamento. Dizer-vos também que esta nova via parece-nos e em diálogo que temos mantido com o Senhor Presidente da Junta e com a Junta de Freguesia é importante também para a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima.*

*A Nossa Senhora de Fátima tem um conjunto alargado de problemas, que a Junta nos faz chegar periodicamente e desses há dois mais centrais. É a circulação intensa na variante, especialmente a zona da igreja e naqueles cruzamentos e tem também outro problema grave que é a passagem pelo centro de Mamodeiro. É uma via antiga, com casas muito antigas, muito à beira da estrada, e onde a circulação se faz com alguma dificuldade e com alguma perigosidade.*

*Acreditamos que esta nova via a ser construída, irá ajudar alguma coisa, embora pouco, em relação ao primeiro problema, em relação à intensidade de tráfego na variante, mas irá ser decisivo e muito importante na resolução do segundo problema, aliviando a circulação que se verifica dentro de Mamodeiro. Porquê? Porque enquanto agora qualquer um de nós quando vamos para Eirol, quando vamos para Requeixo, para Eixo, para aquela zona, se seguirmos aquele caminho vamos ter que passar no centro de Mamodeiro para chegar e depois com essa nova via, nós chegaremos à variante e da variante chegaremos a Eixo, a Requeixo, a Eirol por essa nova via sem ir conflitar com essa via dentro de Mamodeiro.*

*Portanto não só impede esta nova via a circulação de pesados dentro de Mamodeiro, como também agiliza e facilita e surge como alternativa em relação à circulação, toda a circulação automóvel.*

*Queria aqui dizer-vos também que houve um envolvimento muito forte, como já aqui foi penso que referido, neste processo, das Juntas de Freguesia quer de Oliveirinha, quer especialmente de Nossa Senhora de Fátima que é onde esta via se vai realizar. Esta solução foi amplamente discutida, debatida, refletida na comunidade de Nossa Senhora de Fátima. Houve reuniões de Junta, de Assembleia de Freguesia, e esta proposta acolheu quase a unanimidade na Assembleia de Freguesia final que foi realizada para decidir. E nós como é nosso dever estamos a cumprir com aquela que foi a deliberação tomada democraticamente pelo principal órgão da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima numa solução que também a nós o município nos agrada de uma forma particular.*

*Queria agradecer a todos os autarcas da Senhora de Fátima esse contributo. Agradecer também ao Senhor Sesnando que ultimamente tem dado um contributo também na outra parte que não nesta parte, na outra parte do novo arruamento, agradecer todo o empenho, especialmente ao Senhor Antero, que foi notável no trabalho que desenvolveu para que este projeto já tinha tido início. Como sabem no terreno já começou a construção desta nova via a partir da Unidade de Tratamento, passando por lá já se apercebem dos novos alinhamentos que já estão a ser definidos e a ideia é que eles possam prosseguir com esta obra e vir a terminá-la na variante da Nossa Senhora de Fátima, conquistando com isso alguma qualidade de vida ou melhorando a qualidade de vida para as pessoas de Mamodeiro e para a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima — e no fundo também facilitando a mobilidade a todos nós. Muito obrigado.”*

(Entretanto deram entrada na sala os Vogais Maria Celina Capão Lourenço França Alves, David Paiva Martins, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu.)

### Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[007](#)

*“Boa noite a todos os presentes. Gostava de começar por dizer que esta proposta tem para começar e é essa a nossa interpretação, um único objetivo de remendar as asneiras políticas que se fizeram e se têm feito no passado neste concelho e até no país. E também num passado*

*recente. É verdade, é uma verdade irreversível que a Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico já está instalada, e é verdade que o intenso tráfego de pesados por causa disso é feito por estradas municipais, nomeadamente a N384 e a N385, que não tem condições mínimas para o suportar.*

*É verdade também que isso implica um enorme constrangimento dos cidadãos que ali vivem e numa diminuição drástica da sua qualidade de vida, pelo aumento de ruído, pelos camiões que passam exatamente à porta de casa, etc. O problema é que também é verdade que a localização da UTMB foi feita na falsa premissa de que o eixo rodoviário Aveiro/Águeda ia ser construído. É falso porque, nem foi, e é errado porque esse eixo seria um erro político enorme. E a coincidência que se dá aqui é que é precisamente nessa zona, em Nossa Senhora de Fátima, é nessa zona que há uma única linha de água que vem desaguar ao canal central da ria de Aveiro e que há uma extensa área agrícola adjacente. É, e será um crime, impermeabilizar mais uma vez o solo fazendo o mesmo à sua componente hidrológica tanto a superficial como a subterrânea. É errado por estes motivos ambientais e é errado naquilo que são as necessidades de mobilidade dos cidadãos.*

*Esperamos agora que a Câmara perceba que é preciso lutar, isso sim, por uma via ferroviária que ligue Águeda a Aveiro — e já agora também a Ílhavo. E isso sim diminuiria a intensidade de tráfego a que o Presidente se referiu aqui e muito bem, quanto à ligação rodoviária, que se reabilite apenas aquilo que já existe. É muito desinteressante e triste perceber que a política da direita, quando se deteta que há carros a mais numa estrada ou em várias estradas, e isso acarreta uma despesa sempre enorme para os cidadãos e tem uma fatura ambiental muito pesada, a solução para quando se deteta tráfego automóvel a mais, é sempre fazer mais estradas e não criar alternativas coletivas à lógica individual de mobilidade. Ou seja, a alternativa que se cria ao demasiado trânsito que existe, é incentivar ainda mais o uso do carro. Muito obrigado.”*

Vogal Paulo Marques (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>008</sup>

*“Boa noite a todos. Iria começar pegando nas palavras do deputado que me antecedeu, que considera que o que está aqui em causa ou o que esteve em causa foi um emendar um conjunto de asneiras do passado. Em face daquilo que ouvi resta-me responder que graças ao Bloco de Esquerda, que fazendo parte de uma Comissão que representou esta Assembleia Municipal, graças ao Bloco de Esquerda que nunca compareceram para dar qualquer contributo, graças ao Bloco de Esquerda ajudaram (se é que os houve que eu digo que não) a emendar tais asneiras.*

*Importa acima de tudo dizer que se encontrou uma solução relacionada com o acesso à UTMB, independentemente de considerarmos se foi a melhor solução, se foi a solução desejada por todos. Não é isso que está aqui em causa. O que interessa é que se encontrou uma solução que está aqui demonstrada nestes documentos que nos chegaram, uma solução de carácter consensual.*

*Importa que acima de tudo esteve o interesse e a qualidade de vida das pessoas de uma forma mais direta terão que se ver confrontadas com todos os transtornos que obviamente advêm pelo facto de existir uma Unidade destas que obriga a que haja um conjunto de transportes relacionados com o funcionamento da própria Unidade.*

*Importa acima de tudo criar as condições que minimizem esses transtornos. A Unidade é uma realidade. É algo que é necessário e acima disso tudo estão as pessoas e é isto que está aqui apresentado nestes documentos. Disse.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento<sup>009</sup>

*“O deputado do CDS que me antecedeu começou por me atacar dizendo que eu nunca compareci às reuniões da Comissão, a propósito da UMTB. Para já, quero começar por dizer*

*que isso é mentira — e quem mente é mentiroso. Houve duas reuniões e uma visita e eu apareci à primeira. À segunda reunião e à visita que foram as duas praticamente no mesmo dia, realmente não apareci. Justifiquei que não estava em Aveiro nesses dias e isso já foi explicado aqui e considero abusivo e até pequenino, vir aqui utilizar esse argumento. Muito obrigado.”*

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>010</sup>

*“Apenas para dizer que tenho constatado que o Bloco de Esquerda tem mais do que um elemento. Disse.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do artigo 32.º do Regimento:<sup>011</sup>

*“Senhor Presidente, como membro desta Assembleia Municipal e tendo de votar o reconhecimento da inexistência de localização alternativa em áreas não integradas na REN desta via de acesso, considero que aquilo que foi distribuído, a documentação que foi distribuída, e os elementos que foram distribuídos não me dão qualquer informação sobre efetivamente essas possibilidades de localização alternativa. E portanto, impedem, penso eu, esta Assembleia de julgar essa situação.*

*Nada é feito Senhor Presidente e não foi distribuído documentação aos membros desta Assembleia que demonstrem que não há obviamente uma localização alternativa para esta via de ligação à UTMB.”*

Presidente da Mesa<sup>012</sup>

*“Obrigado. O Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção poderá melhor esclarecer essa circunstância. A documentação entregue foi a chegada da parte do município de Aveiro aos Serviços da Assembleia Municipal.”*

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)<sup>013</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>014</sup>

*“Boa noite a todos. O PSD sobre esta matéria da UTMB pode falar aqui ou em qualquer lado à vontade. Desde o princípio que o PSD defendeu que esta UTMB — ao princípio até sozinho. Mas defendeu sempre porque acreditou que seria uma melhoria para Aveiro, para os aveirenses, e até para toda a zona devido à qualidade ambiental que esta Unidade também traz para Aveiro.*

*E isto foi reiterado pelo Governo anterior, pelo Governo Socialista, com uma visita à obra da Sr.ª Ministra do Ambiente que disse que seria um grande ganho ecológico e ambiental para Aveiro esta UTMB.*

*Desde o princípio que o PSD esteve com esta obra. Logo no princípio organizou uma palestra em Oliveirinha onde esteve presente o Sr. Prof. Carlos Borrego e a Quercus, onde apresentaram o estudo de incidência ambiental. A Quercus manifestou-se claramente a favor deste tema de tratamento. O Prof. Carlos Borrego e o seu estudo de incidência ambiental apontaram para aquela área porque seria um sítio bom e que a Unidade seria uma boa solução para tratamento dos lixos da região de Aveiro.*

*Ficou também expresso nesse estudo e nessas palestras, que seria necessário minimizar alguns dos impactos desta obra. E um dos impactos seria as vias de acesso que Mamodeiro, Oliveirinha ou Requeixo não tinham vias de acesso capazes para passarem cerca de 80 a 90 camiões para um lado e para o outro todos os dias.*

*Então a qualidade ambiental ou de incidências ambientais seriam melhorizadas se houvesse a existência de uma via de acesso dedicado ou próxima para aquela Unidade. Na altura havia o projeto do Aveiro/Águeda e eventualmente não já se falava num estudo, se não fosse feito, teria que ser feito uma via de acesso própria.*

*O PSD congratula-se com este passo final desta via e congratula-se também que o passo desta Assembleia que foi aqui dado numa proposta da Comissão de Acompanhamento, esteja a ser respeitada. Ou seja, que a Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico irá começar em funcionamento com a via de acesso dedicada já pronta.*

*Caminhamos para o fim de um processo que foi muito moroso para nós. Este processo vai fazer com que a lixeira de Taboeira acabe, uma coisa menos boa que lá está. Uma coisa que neste momento não dignifica ninguém como está lá! Que não dignifica ninguém aquilo que está lá! E queremos todos crer nesta Assembleia, mesmo as pessoas do Partido Socialista, que a solução encontrada, a implementação da Unidade de Tratamento Mecânico Biológica é um bem para Aveiro e que vai resolver também o problema de Taboeira. E é só.”*

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[015](#)

*“Boa noite Senhor Presidente, Senhores Deputados, excelentíssima Câmara. Apesar, apesar de não ter sido cumprido o acordo de cavalheiros expresso verbalmente na Assembleia de que a solução seria o aterro de Taboeira seria construído fora do concelho de Aveiro. Apesar do incumprimento por parte dos Governos — e eu digo dos Governos, porque quando um assume um compromisso, o compromisso vincula os governos seguintes, apesar da falta de cumprimento do compromisso da construção de uma estrada entre Aveiro e Águeda que permitisse a resolução de grande parte dos acessos àquele local, apesar de tudo isso, a situação que de facto está criada, é não temos outra posição perante a deliberação da Assembleia. Não temos outra posição que não seja a de concordar com a desafetação que é proposta no sentido de viabilizar a construção do aterro alternativo. Tenho dito.”*

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[016](#)

*“Antes de mais boa noite. Eu preferia dividir este ponto em duas partes. Também o documento o faz que é o reconhecimento da inexistência de alternativa! Mas olhando para os mapas diria que pelo menos é difícil escolher uma alternativa. Não sou capaz de reconhecer a inexistência de alternativa, do reconhecimento de inexistência. Quer dizer que não há mesmo nenhuma alternativa e isso como devem calcular não se pode dizer com tanta firmeza, apesar de admitir que possa parecer difícil.*

*No entanto aquilo que é importante salientar é que nós estamos a fazer, digamos assim, resolver um problema criado por este executivo. Porque em relação à Unidade de Tratamento e à sua localização, podíamos falar sobre se existe ou não alternativa para ela — e existe, obviamente que existe. Inclusive até, eventualmente fora do próprio concelho. Porque esse é um tema que não pode estar fora da mesa. E portanto fizeram a escolha política, foi esta, e agora a chantagem que nos fazem é: agora temos de salvar a população, temos de desviar o trânsito pesado das vias rurais onde as pessoas usam. Esse tipo de chantagem não entendível. É preciso que assumam a sua responsabilidade e essa responsabilidade foi de quem escolheu esta localização.*

*Portanto quem escolheu esta localização criou o problema e, portanto, agora na realidade estamos a apresentar aqui uma grande melhoria na qualidade de vida das populações que vão ser afetadas, quando na realidade está simplesmente a tapar os olhos com a peneira para disfarçar um problema que criou.*

*Não é um problema que existia e que este executivo está a resolver. Foi um problema que o executivo criou e que agora está a tentar contornar.*

*Aquilo que nós podemos ver é que de facto é típico deste tipo de procedimento, afastar as Unidades desagradáveis para as periferias dos centros urbanos. Cacia, se olharmos para Cacia e para outras empresas que implicam trânsito pesado ou que implicam até a diminuição da qualidade do ar, vemos que elas não estão nos centros dos pólos urbanos. E portanto já*

*percebemos qual é a lógica. Toda a gente gosta de falar nas populações limítrofes e aquelas que merecem um carinho especial e depois atiram para lá tudo o que é lixo da produção urbana. Nesse sentido nota-se uma perda de qualidade de vida por parte dessas populações. E portanto quando o Presidente fala em melhoria da qualidade de vida, alto e para o baile. Não é melhoria da qualidade de vida!? É tentativa de minorar aquilo que é um erro crasso, como é a localização da Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico. E portanto isto é para fechar este primeiro ponto do reconhecimento da inexistência de alternativa.*

*Outra questão é o interesse municipal. O interesse municipal é aquilo que esta Assembleia já o fez — é reconhecer e defender a linha do Vouga.*

*Isso sim. Isso é um interesse municipal que vem de encontro aos interesses destas populações. Agora criar vias que desviam o trânsito pesado, porque tomaram opções erradas nos momentos errados, já é interesse pessoal.*

*Agora obviamente que toda a gente pode dizer que esta é uma decisão que não prejudica tanto as populações — plenamente de acordo. O problema é outra decisão que o Presidente não falou que foi a localização da Unidade e essa responsabilidade tem de ser assumida.*

*Outra questão que também me parece importante é que: uma Câmara tão endividada não precisava de obras destas para depois ter de assumir os seus encargos. Obviamente isto vai ser uma via municipal. A responsabilidade também será municipal. E com trânsito pesado que se pressupõe que passe naquelas vias imagino eu que terá despesas de manutenção acima do normal e, portanto, até os argumentos económicos parecem desfavoráveis a esta conjuntura, a esta opção pela Unidade de Tratamento pela sua localização. Portanto as nossas imensas reservas em relação ao interesse municipal que esconde o erro inicial da localização da Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológica.”*

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 30.º do Regimento<sup>017</sup>

*“Senhor Presidente, eu gostaria que o Senhor Presidente me esclarecesse, se vai continuar a aceitar este tipo de linguagem que de político parece-me que nada tem. E é certamente muito mau para esta Assembleia considerar que o Executivo ou a própria bancada dos elementos deputados da Assembleia Municipal, das pessoas da oposição ou quem votar a favor, que está a fazer chantagem com os aveirenses! Porque foi esse o termo que foi utilizado. Qual é a sua opinião Senhor Presidente?”*

Presidente da Mesa:<sup>018</sup>

*“Saberemos sempre colocar uma linha de fronteira entre o que é o exercício do vocabulário político e do exercício político do lugar de deputado, versus o que poderá ou não ser considerado ofensivo e designadamente em termos pessoais.”*

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)<sup>019</sup>

Presidente da Mesa<sup>020</sup>

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)<sup>021</sup>

Vogal João Pedro Dias (BE)<sup>022</sup>

Vogal Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>023</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Em relação a este Ponto que estamos hoje aqui a discutir, pois eu penso que esta Assembleia terá realmente de concordar com ele. Além disso faz parte até de um trabalho da Comissão de Acompanhamento desta Assembleia, em que realmente proporcionou que a obra não avançasse enquanto os acessos não tivessem devidamente assentes e devidamente executados — é o que está a acontecer.*

*A questão das alternativas. Pois eu penso que foram faladas algumas alternativas. Talvez não houvesse vontade política na altura do Governo Central ou talvez não houvesse financiamento para a poder executar de imediato, mas a alternativa continua lá! A alternativa continua a 800*

*metros. Temos a autoestrada lá e com uma pequena obra, quando o país estiver mais favorável, não sei quando será, quando o país estiver mais favorável, com uma pequena obra poderá ligar à A1. E portanto temos as alternativas todas. E agora temos as acessibilidades todas bem executadas. Portanto eu julgo que realmente esta situação, esta Assembleia, dá o parecer favorável. Em bom tempo a Câmara soube tornear este problema porque realmente quando a situação das alternativas dentro das freguesias urbanas foram apresentadas, se calhar a Câmara era capaz de não ter o total conhecimento que havia ali terrenos que pertenciam à RAN e à REN. E portanto em bom tempo a Câmara pegou nisto em mãos e soube realmente tornear e por isso nós hoje estamos aqui para lhe dar o apoio. E continuo a dizer para dar o apoio. E a Câmara realmente também cumpriu mais uma vez. Basta esta Assembleia é realmente só autorizar o licenciamento daquela obra depois de estes assuntos estarem resolvidos. Muito obrigado Senhor Presidente.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento:[024](#)

*“Depreendi das palavras do Senhor Deputado, que poderia pensar que a Câmara não teria conhecimento de que efetivamente haveria ali terrenos que estavam sobre o regime da REN e da RAN. Foi isso que quis dizer ou eu percebi mal?”*

Vogal Carlos Barros (CDS)[025](#)

*“No meio da partilha enorme que há de terrenos naquela zona, pois podia haver alguns cadastros, que podiam não estar devidamente levantados e que podiam condicionar essa situação. Inclusivamente algumas linhas de água que se calhar estavam com outras defesas, que realmente poderiam estar devidamente cadastradas e devidamente acentuadas.”*

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[026](#)

*“Senhor Presidente e Senhores Deputados. Inevitavelmente terei que começar por fazer alguns comentários em relação a algumas notas que aqui já ouvi. Em primeiro lugar, em relação à questão da localização e depois espero que o Senhor Vereador Pedro Ferreira irá contrariar esta minha tese, mas esta minha tese é alicerçada naquilo que vem no Estudo de Incidências Ambientais, que foi o primeiro documento conhecido sobre esta matéria. E sobre isso, esse documento diz que nenhuma outra localização foi estudada para que houvesse a instalação da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico.*

*Falou-se na altura que poderia haver uma alternativa em Águeda, mas isso nunca passou de uma mera circunstância verbal em alguns fóruns. Nenhuma alternativa foi estudada à instalação em Eirol. Aliás, esta mesma ideia foi reiterada pelo Senhor Prof. Carlos Borrego numa reunião de Câmara privada que nós tivemos na altura do anterior mandato e ele próprio corroborou esta afirmação que vinha no estudo, dizendo que não estava em condições de dizer que aquela era a melhor localização em Eirol porque não tinha estudado outra. E portanto, esta é a verdade dos factos.*

*E isto tem uma consequência ou deveria ter uma consequência política, que é esta e que já foi aduzida aqui por diversas vezes e que eu a repetirei: é que Aveiro já tinha sido e continua a ser penalizado pelo aterro de Taboeira, que muito mal faz à cidade e ao município, e no âmbito de uma solidariedade regional que não existiu, a UTMB devia ter sido instalada em outro município como é evidente. E não houve nenhuma reunião de Câmara, não houve nenhuma deliberação de Câmara, que ateste e que tenha decidido que a UTMB devesse ter sido instalada em Eirol. O que como eu já ouvi aqui em relação à intervenção do deputado Valente dizer que houve forte participação democrática! Eu devo dizer que esta é precisamente o exemplo em que essa participação democrática não existiu. Porque do ponto de vista dos órgãos institucionais não há nenhuma deliberação que diga que a UTMB é para ser instalada em Eirol e ela não existiu.*



*Por outro lado diz o meu querido amigo Manuel Prior, que o PSD defendeu sozinho a instalação da UTMB em Aveiro. É verdade. E continua a defender. Porque o PS não é e nunca foi partidário que a UTMB fosse instalada no município de Aveiro. Era para ser instalada em outro município. Mais. Esta tese que estou aqui a repetir foi abundantemente defendida no mandato anterior quer neste órgão quer na Câmara Municipal. E não há nenhuma incoerência no discurso do PS em relação a esta matéria. Mais. Nós dissemos sempre que foi o Governo anterior que decidiu, se bem se mal, agora que venham os técnicos e que o digam. Mas que foi o Governo anterior que decidiu qual era a metodologia técnica que devia ser preconizada para resolver este problema, porque já se andava há anos demais para saber qual era a forma de tratarmos estes resíduos. E portanto, a posição do PS foi clara. Nós somos a favor da instalação da UTMB mas não no município de Aveiro. Que funcione a solidariedade regional e a ser instalada no município de Aveiro, pelo menos devia ter sido acautelado um estudo de mais do que uma localização, para termos a certeza que aquela pelo menos era boa ou era a melhor possível.*

*Mas eu também disse sempre para não se suscitar aqui o papão ambiental de que se a Unidade fosse construída obedecendo a todos os critérios técnicos, incluindo a construção do seu aterro e se toda a laboração, quer na própria Unidade, quer da deposição dos resíduos em aterro, obedecesse às regras técnicas, as populações não teriam nada a temer, porque em termos de impacto ambiental ele não seria significativo. E estariam sobretudo salvaguardadas, que é uma questão fundamental para a região de Aveiro, a questão do lençol freático, penso que é a linguagem técnica se bem estou recordado do estudo de incidências ambientais, que é um lençol de água que está por baixo dos nossos pés, a uns valentes metros de profundidade.*

*Indo diretamente à questão da deliberação e corroborando também o que aqui já foi dito, eu gostaria de dizer o seguinte: agora a Assembleia Municipal de Aveiro não está em condições de reconhecer a inexistência de uma localização alternativa a este traçado.*

*Não está em condições para já, porque não conhece nenhum outro traçado alternativo. Ou melhor, até conhecia, que era o traçado alternativo a este inclusivamente, adjudicado já pela ERSUC para ser construído, e que o Senhor Presidente da Câmara mandou pôr o pé no travão em Agosto antes das eleições. Não foi verdade Senhor Antero?*

*Mais. Eu devo dizer (eu não sei se está bem feito ou se está mal feito, eu não sei) que ele existia e que ele foi adjudicado isso é que eu sei. E foi mandado parar, porquê? Não sei. Isso nunca foi explicado.*

*Sei também que a Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima fez um abaixo-assinado insurgindo-se contra umas declarações da Câmara, salvo erro protagonizadas pelo Senhor Vice-presidente a sacudir a água do capote da responsabilidade do traçado para a Junta, não assumindo as suas próprias responsabilidades, as da Câmara.*

*E portanto, eu penso que a Câmara, que a Assembleia, neste momento não sabe dizer e reconhecer se existe uma outra possibilidade de traçado — não está em condições de poder dizer isso. E portanto no que se refere à primeira tomada de deliberação tem que haver aqui um conjunto de explicações para saber se nós podemos votar isto ou não.*

*Na segunda, em que nós reconhecemos o interesse municipal. Bem eu acho que ele já deve estar reconhecido há quase quatro anos pelo seguinte: é que esta estrada que nós estamos a aprovar agora, o traçado, segundo o estudo de incidências ambientais, era para estar construída durante, desde o início da construção da UTMB. Para quê? Para obviar a que os camiões que andaram a fazer a obra depauperassem como depauperaram, como rebentaram, com o alcatrão dessa estradas municipais que tanto pesaram nos bolsos dos contribuintes aveirenses e tantos incómodos que causaram às populações daquela região. E aqui está Oliveirinha para poder falar sobre isso. Aliás, nem precisa porque aquilo já está tão mau, tão mau, que eles nem precisariam da UT para pôr aquilo pior. E as estradas que estão em Requeixo também sofreram bastante com esta situação. Aliás, o Senhor Sessando que foi a primeira pessoa a quem eu entreguei o estudo de incidências ambientais, porque a Câmara*

*não o tinha feito em Julho desse ano, no exato mês em que foi concluído esse documento pelo IDAD (e ele não me deixará mentir com toda a certeza, porque não teria conhecimento dele antes porque ele não existia antes) saberá que causou graves transtornos esta estrada não estar construída e concluída à altura do início da construção da própria UTMB.*

*Em relação à variante de Mamodeiro, de facto o Senhor Presidente tem razão. O tráfego da variante de Mamodeiro não vai diminuir por causa da estrada e vai obviamente ajudar o tráfego a chegar à UTMB e aliviar o centro de Mamodeiro. É verdade, é. Mas é com quatro anos de atraso Senhor Presidente!*

*Por último era conveniente que vossa excelência pudesse dar aqui nota também e isso tem sido uma luta e penso que direi sem erro, unânime de todos os que aqui estão sentados, de que o eixo Aveiro/Águeda foi incluído no Plano Rodoviário Nacional única e exclusivamente porque a Unidade de Tratamento Mecânico Biológico ali se situa. Saber em que estado é que está esse processo? Naturalmente não estamos todos muito otimistas em relação a isso, mas saber quais foram as diligências que o Senhor Presidente encetou por forma a saber qual vai ser o desfecho desse processo que é tão importante para o desenvolvimento de Aveiro e da sua região. Disse.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>027</sup>

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>028</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>029</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, aquilo que nos é pedido é que nós reconheçamos a inexistência de localizações alternativas em áreas não integradas em REN para que possa ser instalada a via de acesso à UTMB. Este assunto como já aqui foi lembrado é um assunto que já é recorrente nesta Assembleia. E por isso eu até me atreveria a dizer que realmente é escusado perguntarem a esta Assembleia que reconheça esta inexistência de localização alternativa, porque foi exatamente uma reivindicação desta própria Assembleia, de que queríamos ter um caminho dedicado, e que esse caminho dedicado não era nenhum daqueles que estavam previstos inicialmente pelas várias razões que já aqui foram expostas. E eu tenho pena que realmente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, não se tenha manifestado acerca deste Ponto, porque era importante o seu testemunho em como este assunto realmente já aqui foi tratado vezes sem conta e a solução era exatamente esta. Porque era exatamente isto que o Senhor Presidente da Junta iria dizer. E por isso se calhar achou que não valia a pena dizer isso porque era óbvio, mas pelos vistos não é óbvio para muita gente desta Assembleia. Porque de facto, a Comissão que foi criada para acompanhar a instalação da UTMB chegou a esta conclusão. Chegou e trouxe este assunto no seu primeiro relatório a esta Assembleia, dizendo que realmente era necessário ver quanto aos caminhos e aos acessos que estavam propostos. Depois houve um novo relatório em que a Comissão voltava a reafirmar que era necessário rever o acesso que estava proposto, porque a ERSUC até só ia construir parte do caminho, com três rotundas, porque depois não iria completar o acesso precisamente porque havia uma indefinição e havia uma não permissão ainda para se poder utilizar parte de um traçado que era proposto e que era defendido por outros porque estava em Reserva Ecológica Nacional. E por isso é com toda a naturalidade que este assunto vem aqui e ainda por cima vem fundamentado, ao contrário daquilo que foi também aqui dito nesta Assembleia somente por quem realmente não pode ter estado distraído. É que é um facto que vem dar uma explicação. Para além de todas as justificações que estavam implícitas, há um documento de justificação da Câmara Municipal de Aveiro que refere exatamente os anteriores traçados, que referem exatamente que não foi construída também o eixo rodoviário Aveiro/Águeda, que também nós preconizávamos, para além do acesso ao nó direto à autoestrada, que também dava para outra autoestrada que é a A1, que também já aqui foi referido.*

*E também refere a condição que era uma condição imperativa, a construção desta estrada e que só podia ser este traçado que agora nós estamos aqui a discutir e que iremos aprovar porque realmente a implementação deste equipamento não poderia nem deveria ir para a frente se esta estrada não fosse construída.*

*E realmente por tudo isto e porque foram ouvidos todos os intervenientes, aliás como diz a própria fundamentação da proposta, que desde os Presidentes de Junta de Nossa Senhora de Fátima, de Oliveirinha, a Câmara Municipal e também o grupo de acompanhamento da Assembleia Municipal (ouvem-se vozes). Pois é óbvio que nós só poderemos depois desta discussão toda, em que nós fomos buscar velhos fantasmas e que ainda pelos vistos atormentam alguns, fomos buscar todos esses fantasmas, para podermos justificar ou não justificar eventualmente alguma outra decisão que não seja a de aprovarmos esta estrada dedicada para no mais breve espaço de tempo nós termos fechado, selado, todo o aterro que nós criámos em Taboeira, e para que nós possamos ter uma Unidade de última geração a tratar os lixos de Aveiro e da sua região como deve ser — e com isso trazer mais riqueza para o nosso município. E é isso que nós estamos aqui a votar e a apreciar hoje.”*

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:<sup>030</sup>

*“Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados, muito boa noite a todos. Só dar duas ou três notas. Fiquei um bocadinho triste entre aspas pelo desenvolvimento deste debate, até pela posição do Dr. Nuno. Como de facto disse o Prof. Manuel António nós, pareceu-me que estávamos a falar de uma situação consensual até pelas várias reuniões da Comissão de Acompanhamento, em que fomos inclusive visitar a Unidade de Tratamento, julgo que toda a gente ficou agradado com o que lá estava a ser feito. Percebo obviamente a posição do Bloco de Esquerda que não esteve presente e portanto aquilo continua a ser tudo mau, sem visitar a gente continua a desenhar fantasmas. Mas daquilo que tem sido o entendimento da própria Comissão de Acompanhamento, a única coisa que falta é a estrada. E portanto nós estamos a cumprir.*

*Só dar-vos esta nota de algumas coisas que foram aqui ditas, que eu não tenho memória! Tenho alguma memória deste assunto. Este processo como sabem, o representante do município não fui sempre eu. Houve representantes anteriores a mim noutros Conselhos de Administração e representantes exatamente do mesmo município de Aveiro, que analisaram projetos de investimento, que primeiro passaram por unidades de incineração e que depois deram lugar a esta Unidade de Tratamento. E queria-vos dar nota disso mesmo, a escolha de municípios estava balizado por estudos relativos a incineradoras e que foram balizados e na altura validados por quem me antecedeu em termos de Conselho de Administração.*

*A única coisa que eu solicitei foi para que esta localização específica, porque já estava indicada, fosse alvo do estudo de avaliação de impacto ambiental — que foi feito.*

*Incidências ambientais, se fosse avaliação ambiental, que não é obrigatório nem uma coisa nem outra como sabem foi solicitado por mim.*

*Só dar-vos uma nota e compreendo que o PS tente dar a volta às coisas. O Presidente da concelhia, muito bem rodeado por dois deputados do PS, diz muito claramente: destaca a aposta forte do Governo em projetos ambientais dando como exemplo a Unidade de Tratamento. Aqui não diz que é contra, aliás foram expressamente visitar Eirol, que é um sítio muito bonito e fazem muito bem.*

*Portanto eu percebo, contínuo a perceber em todos os casos a posição do PS que inclusivamente na reunião de Câmara para esta estrada votou favoravelmente. E portanto contínuo a achar que estamos perante um processo consensual.”*

Presidente da Câmara:<sup>031</sup>

*“Duas notas para finalizar em relação às alternativas. Ajude-me Senhor Antero, mas eu penso que durante estes anos na Câmara nunca tivemos nenhum processo em que tivessem sido estudadas tantas alternativas em relação a esta nova via. Foi em frente à igreja, foi em frente à Junta, foi sair a meio da variante, foi fazer no limite entre Nossa Senhora de Fátima e Oliveirinha para ir para a fonte da guia. Foram inúmeras as alternativas, que foram discutidas, analisadas, avaliadas, aprofundadas neste processo.*

*Depois dessa avaliação toda, depois dessa discussão, desse envolvimento, houve esta decisão que foi tomada — e foi tomada pela própria Assembleia de Freguesia, sobre proposta da Junta de Freguesia que tomou a decisão. O que significa que neste momento não estamos aqui a votar alternativas. Não estamos a votar nesta via ou noutra via. Esse momento já está ultrapassado há muito tempo, com a participação dos cidadãos, das autarquias, com a deliberação do executivo, com a discussão na Assembleia Municipal aqui desse assunto.*

*Aqui o que está em causa não é aprovar nenhuma alternativa ou votar em alternativa, o que está em causa é criar condições, para que possa avançar e se possa concretizar.*

*Também o Dr. Marques Pereira há pouco referiu que a Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima promoveu ou fez um abaixo-assinado!? Se formos rigorosos a expressão correta teria de ser assim: o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, por sua única e exclusiva decisão e vontade, sem ouvir o órgão, sem consultar ninguém, resolveu promover ele um abaixo-assinado com mais uma alternativa, dentro de todas as alternativas, ele propõe outra alternativa, e no meio dessa alternativa houve uma reunião de Câmara em que veio uma Delegação, em que ele também esteve presente e estiveram muitos cidadãos, foi quase o salão cheio também com a tal alternativa e depois de todas as alternativas, a própria Assembleia de Freguesia pronunciou-se e votou entre duas propostas penso eu, não foi Senhor Antero? Havia duas propostas. Uma proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia e outra proposta apresentada pela Junta de Freguesia. A votação final foi oito a um. Portanto, isto é, a proposta que foi apresentada pela Junta teve oito votos. A proposta que foi apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia teve um voto foi essa a decisão tomada pela Assembleia de Freguesia, que como órgão máximo nos cumpre respeitar.*

*Queria aqui relevar uma vez mais o papel do Senhor Presidente da Junta e do executivo e da Assembleia, foram excecionais neste processo, pelo envolvimento como sabem não são fáceis, pelo envolvimento e pela ajuda que deu nessa altura e depois também nas negociações que têm decorrido.*

*Comungar dos alertas e das incompreensões que aqui foram expressas quanto ao eixo estruturante Aveiro/Águeda. O Estado cada vez mais deixa de ser uma pessoa de bem, enfim, vamos continuar a lutar porque esse é o nosso dever.*

*Agradecer por último à Comissão de Acompanhamento da Assembleia, o vosso trabalho, o vosso empenho e a posição firme que tomaram, independentemente daquilo que já foi relatado de outras iniciativas, a posição que tomaram que reforçou muito também a nossa posição junto das entidades de forma a que colocando esta exigência, a Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico só funcionaria depois de esta estrada estar construída. Muito obrigado.”*

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa)

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>032</sup>

*“Nada a acrescentar, Senhor Presidente.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[033](#)

*“Depois das intervenções do BE houve aqui uma discussão à direita que me espantou um bocado, porque não faz sentido! Aquilo que se disse aqui, falou-se muito da Comissão de Acompanhamento.*

*A Comissão de Acompanhamento surgiu já a Unidade de Tratamento Mecânico Biológica estava lá. Portanto a Comissão de Acompanhamento não teve nenhuma opinião, nem foi chamada a ter sobre a localização. E aquilo que o Bloco disse aqui foi muito simplesmente que esta construção desta estrada é necessária sim, mas é um remendo, é um erro político vosso. E isso foi aqui mascarado e não foi verdadeiramente discutido — portanto continua a sê-lo. Muito obrigado.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[034](#)

*“Da apresentação e daquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse, não reconheço, enquanto membro da Assembleia Municipal, que aqui fossem trazidos documentos ou argumentos que façam com que eu reconheça a inexistência de qualquer localização alternativa a áreas não integradas na REN para esta estrada.”*

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[035](#)

*“Senhor Presidente, eu vou ser telegráfico que é o seguinte, em relação à questão da Comissão de Acompanhamento, eu discordo em muito daquilo que o Presidente dessa Comissão (que é) o Deputado Manuel António Coimbra disse aqui. Porque desses dois relatórios e da discussão que lá houve, nunca se disse nem está escrito que só podia ser este traçado e não outro.*

*Nunca se disse, nem nunca isso foi discutido! Aliás, foi discutido outras coisas, por exemplo, porque é que não poderia ser o traçado anterior que em Agosto tínhamos parado e que tinha sido adjudicado pela ERSCUC e que havia dinheiro para fazer a obra!? Isso também nunca foi respondido.*

*Eu apelava ao Senhor Presidente da Assembleia que parássemos a Assembleia neste momento, que pudesse conferenciar com o Senhor Presidente, porque esta Assembleia não está em condições de deliberar a primeira das duas deliberações sobre este Ponto — que é dizer que não há outra alternativa! Não estamos em condições de dizer isso. Isso é mentira.*

*Mais. O que está escrito nos documentos que vieram da Câmara, dizendo que a Assembleia Municipal participou na decisão deste traçado e não de outro, também é uma inexistência. Isso não é verdade! Isso não é verdade. Lamento. E portanto apelava a que Vossa Excelência pudesse parar os trabalhos e se pudesse discutir essa matéria.”*

Presidente da Mesa:[036](#)

*“Senhor deputado, neste caso admito que a sua interpretação tenha um teor de facto político, não se considerar politicamente informado. Mas consideramos que neste Ponto concreto, foi relevante toda a documentação distribuída e estamos em condições de deliberar sobre este Ponto.”*

Vogal Marques Pereira (PS)[037](#)

Presidente da Mesa [038](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)[039](#)

Vogal Raúl Martins (PS)[040](#)

Vogal João Barbosa (PS)[041](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)[042](#)

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento<sup>043</sup>

*“O Partido Socialista não gosta e não deve ser tratado da maneira como tem sido tratado pelo líder do grupo parlamentar do PSD. Porque a forma pouco curial e deselegante com que se nos dirigiu há bem pouco tempo nesta Assembleia, e que aliás tem sido reiterado em outros momentos, não é do ponto de vista democrático correto. Porque nesta bancada, nós não dispensamos o mesmo tratamento ao Partido Social Democrata. E em relação ao assunto que estamos a discutir, a nós, parece-nos pertinente fazermos essa discussão porque estamos a tê-la ao nível sério.*

*E voltava a apelar ao Senhor Presidente da Assembleia que se aquilo que para o líder da bancada do PSD é um centímetro, para nós parece-nos ser uma questão relevante em que esta Assembleia vai assentar uma deliberação, num pressuposto inexistente e errado.*

*E isso parece-me suficiente para nós, pelo menos, pelo menos, pararmos para pensar. Quanto mais para produzir as atoardas que foram aqui produzidas.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>044</sup>

*“Só duas notas. Dizer-vos o seguinte: a opção por este traçado no âmbito de todas as múltiplas alternativas que foram estudadas, escudou-se muito neste argumento que me parece importante. No essencial, como aqui já foi referido, perto de três quartos deste percurso vai ser feito, vai ser realizado, em estradas já existentes. Há apenas a necessidade de reperfilar esses arruamentos. A maior parte ou quase todas as alternativas estudadas implicavam a invasão em extensas áreas agrícolas e de reserva, portanto houve aqui o cuidado prévio, houve a sensibilidade de os técnicos envolvidos da autarquia, todas as pessoas, de procurarem uma solução que tivesse o menor impacto ambiental possível em toda aquela zona. Daí que o que está aqui em causa é um quilómetro, um quilómetro e pouco, no âmbito de quatro ou cinco quilómetros que tem toda aquela via. Portanto, falarmos em alternativa a esta via é remeter-nos para a possibilidade forte de vir a ocupar, num outro espaço, muito mais área de Reserva Agrícola e de Reserva Ecológica.*

*A segunda nota é reafirmar o que já foi dito aqui no âmbito de todas as alternativas estudadas e dizer-vos, que fomos muitas vezes ao terreno, que foram lá os técnicos, que foi lá a Junta, foram membros da Assembleia, estudar as alternativas todas. O que aqui está resultou desta relação de diálogo entre o executivo, entre a população, entre a Assembleia, entre os técnicos do município. Esta proposta que aqui está recolhe aquela que é a solução melhor para toda esta gente, para todos os técnicos, para todos que estiveram envolvidos neste processo.*

*E estamos aqui com a possibilidade que até foi dada no âmbito da própria Assembleia de Freguesia. Em que o Presidente da Assembleia de Freguesia até apresentou uma proposta diversa desta. Tivemos o reconhecimento quase unânime da própria Assembleia de Freguesia em defender este traçado. Portanto, estamos também aqui com uma proposta de traçado que recolhe todo o parecer dos técnicos do município, da Junta, e acaba também por recolher por inteiro uma deliberação quase unânime da Assembleia de Freguesia.*

*Eu acho que não estamos em condições aqui, depois de tudo o que já se passou, de tudo o que está aprovado, de tudo o que está decidido, na fase em que nós estamos, de andar a falar ainda em alternativas a esta via. O que nós temos que fazer é apenas e só construir o mais rapidamente possível esta via, porque já é tempo.*

*Por último uma nota para esta questão. Porque é que está aqui o reconhecimento da inexistência de localização alternativa e o reconhecimento de interesse municipal. É um formalismo legal.*

*Isto que aqui está é um formalismo. Isto é: no âmbito da Lei, diz que a Assembleia tem que se pronunciar quanto ao aspeto da inexistência de localização e o reconhecimento do interesse municipal. Portanto é um preciosismo legal — não me parece que tenha nada de relevante. No entanto esta é uma exigência legal. E como é uma exigência legal, naturalmente vertemo-la*

*aqui no documento para ser analisado e votado pelos membros da Assembleia. Muito obrigado.”*

**De seguida o Presidente da Mesa interrompeu<sup>045</sup> os trabalhos, nos termos regimentais, a pedido do Grupo Municipal do Partido Socialista.**

(Retomados os trabalhos, feita a confirmação de quórum, não estavam presentes os Vogais Pedro Machado Pires da Rosa, Carlos Francisco da Cunha Picado e Maria Celina Capão Lourenço França Alves.)

**De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>046</sup> o Ponto 2.1. – Reconhecimento da inexistência de localização alternativa em áreas não integradas em REN – deliberação sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta votos a favor (PSD19+CDS5+PS4+IND1+PCP1), duas abstenções (BE2) e dois votos contra (PS2).**

(votaram contra os deputados Raúl Ventura Martins e Nuno Manuel Marques Pereira)

**Continuando, colocou à votação<sup>047</sup> o Ponto 2.2. – Declaração de Interesse Municipal da construção da via de acesso à UTMB - deliberação, sendo a mesma aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD19+CDS5+PS5+IND1+PCP1), três abstenções (PS1+BE2), zero votos contra.**

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Ivar Corceiro (BE)<sup>048</sup>

*“O Bloco de Esquerda absteve-se única e exclusivamente por ser uma urgência. E essa urgência é dos cidadãos aveirenses que vivem em casas cuja face dá para aquelas estradas, nomeadamente a municipal 384 e 385. Esses, que foram vítimas dos erros da política de direita; esses da política de direita, que escolheu colocar a Unidade de Tratamento Mecânico Biológica ali, com a falsa premissa de outro político erro e estou a falar do eixo rodoviário Aveiro/Águeda em vez do eixo ferroviário, e com a premissa de que esse erro político se concretizaria e não concretizou. Muito obrigado.”*

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>049</sup>

*“Apenas para referir o seguinte: que a votação se alicerçou no facto de ser premente a construção da via de ligação da Unidade até à variante de Mamodeiro, e que por essa razão ponderante o voto foi positivo. Mas não me considero esclarecido. Até porque isso era uma impossibilidade física de dizer que este traçado é o melhor porque não estão, nem nunca estiveram em ponderação, neste ou em outras circunstâncias, quaisquer traçados alternativos. E desses nunca foi dada nenhuma explicação.”*

Vogal João Barbosa (PS)<sup>050</sup>

*“Votei a favor depois de ouvir o esclarecimento do legítimo representante do povo da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, o Senhor Presidente da Junta, em que nos informou que a deliberação da Freguesia foi muito maioritária porque só teve um voto contra.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)<sup>051</sup>

*“O PSD votou favoravelmente esta proposta, porque é o corolário de todo um conjunto de discussões e de deliberações tomadas nesta Assembleia. E fazendo com isto votos para que realmente a Unidade de Tratamento Mecânico Biológica, depois de estar construída esta estrada de acesso, e por isso completada esta formalidade, possa na realidade tornar-se a mais-valia que vai ser para o município de Aveiro. Muito obrigado.”*

(Reentraram na sala os Vogais Pedro Machado Pires da Rosa, Carlos Francisco da Cunha Picado e Maria Celina Capão Lourenço França Alves.)

### **PONTO 3. – Associação de Municípios do Carvoeiro/Vouga:**<sup>052</sup>

#### **3.1 - Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Carvoeiro (AMCV) – deliberação;**

#### **3.2 – Aditamento ao Contrato de Concessão de serviço público de distribuição abastecimento de água aos municípios associados – deliberação.**

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária pública de 16/02/2012, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Câmara delegou no Vereador com o Pelouro a apresentação dos documentos em epígrafe.

#### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:<sup>053</sup>

*“Senhor Presidente, em relação a este Ponto tentar fazer alguma nota breve do que é que se trata. E de porque é que o estamos a apresentar aqui.*

*A Associação de Municípios do Carvoeiro Vouga é a entidade responsável pelo abastecimento em alta da água em Aveiro, cerca de 70% do abastecimento da água — o restante são captações próprias do município.*

*A questão neste momento sobre a gestão da AdRA. Desde 2002 tem sido feito um estudo de ampliação e reforço do abastecimento das populações. Como sabem (e este ano é um ano em que isso provavelmente mais se vai notar), nós estamos em termos de limites de captações e de abastecimento de água à população. Tornou-se então (e tudo de acordo com os estudos necessários), fazer um reforço daquilo que é a captação que nós temos no Carvoeiro Vouga.*

*Este estudo que foi feito e também pretendeu ampliar aquilo que é o abastecimento da água a dois municípios que neste momento só têm abastecimento através de captações próprias (Oliveira do Bairro e Vagos) e também reforçar a capacidade no município de Águeda que só está abastecida por uma parte.*

*Portanto a partir daí se deduz a primeira alínea deste primeiro ponto, que é a entrada de dois novos associados — o município de Oliveira do Bairro e o município de Vagos. Uma vez estudada implica a ampliação da concessão. O segundo ponto: dez anos.*

*Ela terminaria em 2016 e passa a terminar em 2026. O que é que se trata? Trata-se de uma concessão.*

*Os municípios neste caso não fazem administração direta. Fizeram uma concessão a uma empresa na altura do universo AdP, agora não pertence a esse universo, mas portanto trata-se de prolongar essa concessão durante mais dez anos até 2026.*

*Este modelo foi estudado de forma a garantir um nível de tarifas sustentável e o modelo implica duas vertentes: uma o financiamento através do POVT/QREN e uma segunda com a ampliação da concessão.*

*Trata-se de um investimento de trinta e um milhões de euros no reforço do abastecimento através da construção de uma estação tratamento de águas (ETA) na zona do Carvoeiro Vouga e a ampliação das redes, ampliação e reforço das próprias redes para Aveiro. Trata-se de uma ampliação da conduta principal de abastecimento existente que vem desde Albergaria até ao Silval.*

*Como eu vos dizia, trata-se de reforço e ampliação de várias condutas e também novos reservatórios nestes municípios que vão começar a ser abastecidos.*



*Nota que é importante dizer. O financiamento pela POVT/QREN neste momento é assegurado de 16, 9 milhões de euros — sendo o restante assegurado pela concessionária, à exceção de um valor de trezentos mil euros que será assegurado pela própria Associação.*

*O modelo do POVT, obriga a que o estudo económico-financeiro apresentado tenha valores mínimos de tarifação. Isto é, há valores que o próprio ERSAR (entidade reguladora serviços de águas e resíduos) obriga em termos de mínimos de faturação.*

*Isto significa que estes serão de 0,42 euros por metro cúbico.*

*Há duas notas a transmitir em relação àquilo que está apresentado. Os valores de tarifa aí apresentados são sempre valores máximos com duas variáveis. A primeira que é a parte da obra em si, esses são os valores máximos. É lógico e natural, até por obrigação legal, que a partir dos concursos o valor seja sempre inferior a esse, portanto dos trinta e um milhões — é provável que haja um valor inferior de obra.*

*Para além disso, daquilo que é a comparticipação do POVT, que neste momento como veem significam cerca de 55%, o objetivo é através dos contactos que têm sido feitos entretanto, com uma Associação de Municípios conseguir chegar aos 80%.*

*Estas duas variáveis como é óbvio implicarão uma redução das tarifas que no modelo apresentado serão sempre as máximas.*

*Também julgo que está anexo o efeito que traz a tarifa final ao consumidor através da AdRa, que será em 2020 no máximo 4% de aumento em relação ao atual.*

*Este é ao fim e ao cabo o processo. Dúvidas em concreto que tenham eu poderei com certeza ajudar a compreender melhor.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>055</sup>

*“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Eu não quero ser deselegante e dizer que as dúvidas são poucas e que já tenho bastantes certezas em relação a este processo. Mas, de facto, se há uma certeza que tenho é acerca do caudal de dúvidas que tudo isto levanta.*

*Eu queria deixar claro, para efeitos de memória, que o PCP, ao longo deste processo das águas da Associação dos Municípios do Carvoeiro, teve posições claras em todo o processo. O PCP esteve sempre a favor da criação do sistema multimunicipal, esteve sempre a favor da associação dos municípios para resolver o problema do abastecimento de água, salvaguardando o aquífero subterrâneo do Baixo Vouga, e sempre votámos de acordo com essa posição.*

*Por outro lado, desde a primeira hora, nos opusemos à concessão a outras entidades da exploração do sistema logo que ele foi construído.*

*E temos essa posição porque entendemos que era possível que a Associação dos Municípios pudesse gerir o sistema prestando, adequadamente, o serviço público e garantindo as mais-valias suficientes para a manutenção e para o investimento. Portanto, votámos contra a concessão a entidades terceira. Independentemente da natureza que tinha na altura e da natureza que tem hoje. Porque hoje estamos, de facto, a falar de uma empresa de capitais exclusivamente privados. As “Águas do Vouga” é uma empresa de capitais exclusivamente privados. Não faz parte das “Águas de Portugal”. Apesar das “Águas de Portugal”, porventura, levarem o caminho que se prevê.*

*Esta proposta que aqui nos é trazida, coloca-nos várias questões. A primeira tem a ver com a solidariedade. De facto, o Sr. Presidente ou o Sr. Vereador, compreenderão ou estarão de acordo se dissermos que parte substancial do investimento que está previsto se destina ao reforço de Águeda, e ao abastecimento de Oliveira do Bairro e de Vagos. Tem esse objetivo; três quintos não é coisa pouca. Coloca-se aqui uma questão de solidariedade regional e eu acho que sim. Por aí, tudo bem, devemos ser solidários. Estou de acordo que sejamos solidários e se permita que outros concelhos possam ser beneficiados com algo que nós*

construímos. Que nós enquanto municípios e toda esta região construímos com o apoio de capitais e investimentos públicos. Obviamente.

É com alguma mágoa que eu agora veja que um processo de investimento deste tipo seja feito desta maneira. Há uma expressão popular que diz “com as calças do meu pai até eu sou homem”. E, de facto, aquilo que nos é apresentado anda um pouco à volta desta questão. Tenho aqui presente um aspeto a realçar no projeto de expansão do sistema regional do Carvoeiro que, em determinado ponto, diz: que o investimento da concedente, portanto de quem vai fazer, é mínimo; num caso até diz que é zero. E aquilo que eu pergunto é como é que é possível fazer uma afirmação deste tipo? Ora, eles vão pagar com quê? Adiantando rendas. E de quem é o dinheiro das rendas? A quem pertence o dinheiro das rendas? É à concessionária ou é devido aos municípios? É devido aos municípios. Então se eles adiantam o dinheiro das rendas, não estão a investir capitais próprios. Estão a investir rendas futuras, dinheiro futuro, que pertence aos municípios, pertence à associação dos municípios. Não podem dizer que são eles que fazem o investimento. Eles, quanto muito, adiantam o dinheiro. O que é uma coisa diferente, adiantar o dinheiro a serem capitais próprios. Não são, em última análise, capitais próprios da empresa que está a explorar. Está, portanto, a fazer obra com o dinheiro dos municípios. Não é assim? Depois o Sr. Vereador dirá se não é assim. Se entrassem com dinheiro e pagassem rendas, aí estavam a investir capitais próprios. Mas não é isso que eles propõem. E se propõem aumentar o valor da renda, e propõem-se aumentar o valor da renda em cerca de quinze milhões de euros, daqui até ao final da concessão, também é verdade que este investimento lhes vai permitir um aumento de cinquenta por cento na capacidade de exploração do sistema. É normal que se o serviço que eles passam a prestar é maior, então é absolutamente normal que a renda passe a ser maior.

Ora, então o que é que nós temos? A propósito do investimento permitem-se avançar ideias relativamente às atualizações de tarifas. Admitindo nós que o plano de investimento está correto e que, se não for conseguido uma maior parte, serão cerca de treze milhões de rendas da Associação de Municípios a serem investidos no processo, nós vamos ver que daqui até ao final da concessão, portanto, por mais dez anos, só com o caudal mínimo obrigatório, e os valores fornecidos são com o caudal mínimo, a empresa vai arrecadar, desde dois mil e doze até dois mil e vinte seis, oitenta e sete vírgula um milhões de euros. Parte destes oitenta e sete milhões resultam de agravamento de tarifas em função do investimento com o dinheiro que, na realidade, não é deles, não lhes pertence, pertence aos municípios. Não me parece que, neste processo, o interesse municipal tenha sido devidamente defendido. E aquilo que também questiono é porque é que, estando a exploração a aproximar-se do fim, não se arranja outra forma de financiamento? Porque é que não se arranja forma de resolver entre todos os municípios este volume de investimento? Já que a ideia prevalecente é a da concessão, então porque é que não se espera pelo fim da concessão e não se faz um concurso público para uma nova concessão que tenha valores e retorno mais substancial para o município?

Para a primeira volta está aí um conjunto de questões que espero que sejam devidamente esclarecidas.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[056](#)

“É preciso dizer que neste processo todo a Câmara Municipal de Aveiro está a faltar à verdade. Está a faltar a uma grande verdade! E essa grande verdade é que esta lógica de associação de municípios, naquilo que também é a lógica de distribuição da água na região de Aveiro tem um objetivo muito claro: é privatizar a água ou entregar o lucro da sua distribuição, da sua venda, como um bem, como uma mercadoria, a privados.

E há uma certa, ou nota-se, uma certa urgência nisso. Por isso acho que antes de qualquer outra coisa é preciso sublinhar isso mesmo.

*Esta alteração estatutária da Associação de Municípios do Carvoeiro Vouga tem esse principal objetivo: entregar dinheiro a um privado. Engordar ainda mais aquilo que é mais certo que é o futuro desta região que é a privatização da água. Aliás, conforme o Bloco de Esquerda já aqui disse, em tempo útil, a própria criação da AdRA com municípios comuns e a adesão do município de Aveiro à AdRA já visava isso mesmo.*

*Recentemente, como exemplo, o Governo veio anunciar em assembleia fechada da AdRA, quais são as novas diretrizes dessa empresa. Uma, redução do investimento. Dois, aumento das tarifas. Ou seja, menos investimento público e as pessoas a pagar mais pela água. Porquê? É uma vergonha. Para entregar de uma forma fácil de ganhar dinheiro a um privado qualquer. E à custa de quem? Dos cidadãos. É esse o objetivo da junção, da junção dos municípios no contexto político em Aveiro, na distribuição da água. Os aveirenses, ou pelo menos uma parte dos aveirenses, podem nem saber o que está em curso — mas é exatamente isso: privatizar a água.*

*Mas já todos o começaram a sentir na pele ou na carteira, pelo aumento dos preços. Hoje, em Aveiro, todos os cidadãos pagam mais pela água do que pagavam em dois mil e nove quando este Executivo tomou posse. Pagam mais pela água e a responsabilidade desse aumento deve ser legitimamente atribuída à política deste Executivo. Ou seja, ao PSD e ao CDS que são os partidos responsáveis por isso.*

*Mas os aumentos pelos vistos não ficam por aqui. Num dos documentos entregues neste Ponto vê-se bem que a própria Associação de Municípios Carvoeiro Vouga realça, num dos seus documentos, que depois da alteração dos estatutos e da entrada dos novos municípios haverá um impacto no tarifário. E pasme-se. O que diz é: «o aumento da tarifa média da AdRA que é atualmente de dois vírgula oitenta e seis euros por metro cúbico, será de treze cêntimos».*

*Ou seja, passará para dois euros e noventa e nove por metro cúbico. Valor que, sublinhe-se, é financeira e socialmente insustentável. E a Câmara de Aveiro aceita isto sem qualquer problema, sem reservas. Porquê? É fácil. Porque a expressão socialmente insustentável para a direita quer apenas dizer uma coisa: quem pode pagar tem direito a ter água, quem não pode pagar, quem não tem dinheiro, não tem direito a ter água. Isso é socialmente sustentável para a direita mas não é esse o campo semântico da expressão socialmente sustentável.*

*A direita é assim na água, é assim na energia, até é assim na hemodiálise. É assim em tudo.*

*A direita não consegue lá chegar. Vocês não conseguem lá chegar. Mas a água, surpresa, é um recurso natural. E, por isso é de todos e deve ser de todos. Deve ser mantido sempre num domínio público para garantir o seu acesso por parte de todos independentemente do seu estrato económico e social. Constitui um bem comum da humanidade cujo acesso é, e tem de continuar a ser um direito fundamental. Parece fácil. Parece que para vocês não é assim tão fácil.*

*O mais interessante disto é que a direita, que não chega lá, que não chega aqui, é esta. Esta daqui de Portugal e esta daqui de Aveiro, que não se apercebe e não sabe que experiências similares que têm sido feitas um pouco por todo o mundo, experiências de privatização da água, têm dado sempre maus resultados. A mais recente, para quem não sabe, é o exemplo de Paris.*

*Depois de vinte e cinco anos de água privada em Paris a mesma foi ‘remunicipalizada’ em dois mil e dez, porque os preços chegaram a quantias astronómicas que os franceses de Paris não podiam pagar. Foi ‘remunicipalizada’ em dois mil e dez e o preço já começou a descer. Tenho dito.”*

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>057</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>058</sup>

*“Boa noite a todos. Eu acho que hoje vamos ter aqui um bocadinho que discutir ou conversar, ou, pelo menos, analisar os documentos com alguma cautela. A primeira palavra que gostaria de trazer para a discussão é: contentores.*

*Não sei se se recordam ou não, quando foi a questão do Porto de Lisboa e a discussão entre o Presidente da Câmara, Dr. António Costa e a Secretária de Estado da altura — só estou a falar de Socialistas que é para não trazer aqui confusão para o caso. Fez-se uma coisa muito parecida com esta, que era uma prorrogação de uma concessão, que era feita através dum contrato.*

*Do meu ponto de vista é ilegal o que se prepara para fazer sem concurso público.*

*Não há sustentação jurídica mínima para aquilo que a Câmara apresenta para nós decidirmos. Mínima.*

*Não há um parecer jurídico que acompanhe. Expliquem como é que esta Assembleia Municipal pode deliberar sobretudo agora com a febre e com a capacidade de eficácia com que o Tribunal de Contas, quiça inspirado pela Troika, tem chamado para si, com as implicações específicas que resultarão para nós e resultarão até para os Vereadores se se consumar ou se dermos continuidade à deliberação camarária.*

*A Lei diz... há um Decreto-Lei específico para a matéria que prevê que a prorrogação desta concessão possa ter um máximo de trinta anos. O contrato inicial que foi celebrado é feito por vinte anos.*

*Eu também li os documentos Sr. Vereador. E se tem aí um parecer favorável, para já não nos apresentou. Começa logo por aí. Ah, tem aí um parecer da ERSAR que não nos foi apresentado!? E logo a ERSAR que é a entidade reguladora da questão e que não vem nas documentações distribuídas — quanto à falta de documentação já vamos lá com alguma calma.*

*A questão é que, no caso dos contentores de Lisboa, também havia pareceres favoráveis. E o Tribunal de Contas, é só procurarem no Google o que aconteceu ao caso, recomenda tentar fazer a anulação da concessão.*

*E a primeira sugestão que desde já deixava, a seguir falarei sobre o conteúdo, é que este ponto fosse suspenso — como aliás aconteceu na Assembleia Municipal de Águeda (vão deliberar agora sexta-feira).*

*E eu solicitava que esta Assembleia tomasse a seguinte medida: que mandatasse o Vereador que nos representa (não sei se é o Presidente de Câmara se não) junto da Associação de Municípios do Carvoeiro, para solicitar à Procuradoria-geral da República, porque eles emitem pareceres, um parecer sobre este ato em concreto.*

*Era logo a primeira questão para ficarmos todos, e quando digo todos é todos, mais sossegados. Porque caso contrário, é com muita dificuldade que vejo outro sentido de voto que não seja contra e com declaração de vencido em ata.*

*E é por uma questão de princípio. Porque nada tenho contra o alargamento, pela questão de solidariedade entre os municípios, nada tenho contra a expansão. O que me causa alguma questiúncula são as seguintes pequenas questões.*

*Primeiro: as Águas do Vouga que eram quem detinha a concessão foram adquiridas pela “Aquapor”. A “Aquapor” foi adquirida por uma empresa “Criar Vantagens”. A “Criar Vantagens”, que é uma “grande” empresa com um capital social de cinco mil euros, tem três sócios: um deles é a BragaParques, outro é a “InvesteHomes”, e o outro é o Alexandre Barbosa Borges, SGPS-SA. Esta é que é a empresa que é dona da concessão.*

*A Associação de Município do Carvoeiro é (com captação em alta) um caso único. Porque são os únicos municípios do país que tratam e têm a captação da água em alta.*

*As Águas de Portugal andaram sempre atrás do Carvoeiro, tentando puxar a Associação dos Municípios do Carvoeiro para fazer incorporação nas Águas de Portugal. E, muito bem, os*

*Municípios foram sempre resistindo a isso, ganhando com isso alguma autonomia, porque o negócio como se está a ver é interessante.*

*Depois, sobre a questão em concreto da documentação que nos é dada. Eu gostaria de dizer o seguinte: É previsto um aumento dos consumos, aparecem-nos as tarifas, aparecem-nos uma fórmula de cálculo da tarifa onde um dos índices que aí aparece é o “caso base”. O “caso base” penso que será o famoso anexo seis, que não aparece na documentação. Se vocês forem ver na documentação que nos é dada, o anexo cinco é o anexo cinco, o anexo quatro é o anexo quatro, o anexo três é o anexo três, mas se abrirem o anexo seis aparece lá o anexo sete. E se abrirem o anexo sete, aparece lá anexo oito e depois tem o modelo financeiro — e o “caso base” não aparece.*

*O “caso base” é tão só uma das constantes da fórmula complicadíssima, admito que tenha de ter alguma complexidade, para o cálculo da tarifa que depois irá ser aplicada aos municípios. É bom que se perceba, e os aveirenses já perceberam isso na ‘pele’, através da água. Talvez não tivessem sensibilidade à época para esta questão. Mas depois perceberam muito facilmente quando a sua água duplicou no preço.*

*É bom que se perceba que a Associação dos Municípios do Carvoeiro é o principal ou um dos principais fornecedores da AdRA. E portanto, se vender mais caro a AdRA também terá que repercutir os custos nas populações. Isto parece-me clarinho como água, sem hipótese sequer de ser contrariado. Mas o Sr. Vereador tem uma capacidade argumentativa muito forte e pode ser que eu esteja enganado.*

*Depois gostaria para uma “primeira mão” de concluir dizendo que, a água é (e o PS votou aqui contra a questão da AdRA) um recurso que deve ser público e cem por cento público.*

*Há quem pense que a privatização das Águas de Portugal consta do memorando da Troika. Consta sim, mas consta através de um aditamento que foi feito ao memorando.*

*E para que fique já claro, para depois não virem com esse argumento, o aditamento que foi feito ao memorando para o qual o PS não foi consultado e não o subscreveu. E para já deixava estes minutos para segunda réplica.”*

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [059](#)

*“Boa noite, novamente. Eu tive o cuidado de também ler a documentação que foi apresentada e, de facto, acho que isto é uma oportunidade aproveitando o POVT para efetuar investimentos que são importantes. Mas isso causa-me alguma dúvida, nomeadamente no que concerne em particular a esta última dúvida que foi realçada pelo meu colega e amigo Pedro, porque acho que é importante que seja respondida. É fundamental. Mas também relativamente a questões como por exemplo as garantias dos aquíferos cretácicos tendo em atenção a situação cada vez mais premente, até pelo momento de seca que estamos a viver, e como estamos em relação às reservas de água aqui na zona de Aveiro — e o que isto pode trazer de bom ou de mau. Gostaria de ter uma opinião do Sr. Vereador sobre esta questão, dado que é neste momento que isso deve ser feito.*

*Também quero crer que a alteração do tarifário, segundo a negociação, que é de menos dois vírgula um por cento, mas que se refletirá em princípio em quatro por cento, quatro vírgula sete se não me engano.*

*Acho que é conveniente, de facto, justificar e analisar bem isto. Obviamente que ainda estamos dependentes de uma negociação. E isso até pode, eventualmente, ter outros valores que não estes. Há casos que estão pendentes.*

*Para além disso, houve uma situação que eu gostaria que me fosse explicado que é a diminuição de caudal. Eu julgo que sei o que é, mas relativamente ao caudal previsto entre dois mil e onze e dois mil e vinte e seis, eu acho que é importante elucidar as pessoas qual a razão para esta diminuição de caudal de quatro milhões e duzentos e noventa e cinco mil, sensivelmente, para três milhões e setecentos mil, que está aqui previsto?*

*Finalmente crescem as alterações das taxas assumidas na repartição do investimento que passam de cinquenta e um por cento, pelo que eu vi, para vinte e cinco vírgula cinco por cento!? Também gostava de ter uma explicação neste âmbito.*

*Obviamente que é importante, também estou de acordo, a solidariedade intermunicipal. Mas também acho que a solidariedade intermunicipal não pode ser sempre a solidariedade intermunicipal de Aveiro. As outras solidariedades intermunicipais também têm de funcionar e existem mais municípios no distrito de Aveiro. Disse.”*

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[060](#)

*“Não posso deixar de notar algum incómodo por parte da maioria que sustenta a Câmara em falar sobre este assunto.*

*No entanto gostava de salientar que tipo de negócio é que nós temos aqui é sempre, mais ou menos, a mesma história. Ganhamos escala intermunicipal, algo que por princípio o Bloco não é contra. Ganhar escala pode ser um fator importante. Mas esse ganhar de escala tem sempre o mesmo objetivo que é tornar ainda mais apetecível, como se já não o fosse, este negócio não concorrencial que é a distribuição da água.*

*Segunda fase deste processo, criam-se empresas municipais, empresas do Estado, fazem-se parcerias e concorre-se a fundos comunitários. Financiamento público para investimento que mais tarde sabemos que vai ser entregue a privados. E é curioso, até nesse aspeto, perceber a demora, que espero que não se concretize, por parte do governo em privatizar a AdP. Esta é uma leitura, obviamente, sujeita a contraditório. A demora deve-se essencialmente a uma razão: o acesso aos fundos comunitários e, portanto, deixar esse processo acabar para depois avançar com a privatização.*

*E mais curioso é saber que esta Assembleia delibera sobre empresas sob as quais não tem o mínimo de hipóteses de escrutínio. Basta ver como são ordenados os concelhos diretivos e executivos destas empresas e como tudo aquilo que é feito escapa ao escrutínio da mesma. A Assembleia deliberar sobre estas empresas está, na realidade, a perder poder de escrutínio sobre algo tão importante como as questões de abastecimento de água. Aliás, não raras vezes, sempre que se levanta uma questão sobre o saneamento a posição da Câmara é de submissão e de ir perguntar à AdRA o que é que fez e que estudos é que teve em conta, porque perdeu completamente a soberania nesta área.*

*Um aspeto que me parece importante salientar é o aumento tarifário. Um aumento tarifário sobre uma tarifa já de si aumentada. Isto é inédito. Nos últimos anos houve um aumento de encargos com a água inacreditável. E onde é que se justifica isto? Tecnicamente, justifiquem-me este aumento brutal nos últimos anos da tarifa da água? Na realidade estamos a falar de apetites mercantis para garantir estas rendas. Porquê? Porque há outros mercados que não estão a dar o dinheiro que estavam a dar, nomeadamente o da construção, e os interesses privados estão-se a deslocalizar para negócios muito mais garantidos e ainda mais rentáveis. E a água é um deles.*

*E é sempre de salientar como sendo algo de positivo o acesso a fundos comunitários, até parece que os dinheiros públicos dos fundos comunitários caem do céu. Diz-se, por exemplo, que os municípios que não têm investimento zero... com certeza mas há dinheiros públicos a investir e os contribuintes têm uma palavra a dizer sobre isto. Não vale a pena esconder como se tudo isto fosse a custo zero.*

*Mas estes investimentos têm um beneficiário constante. E esse é a concessionária. A concessionária está numa posição, independentemente de haver um concurso público ou não. A partir do momento em que se ganha uma concessão há um negócio durante “x” anos, dez anos, vinte anos, sem concorrência nenhuma. Eu acho que este modelo de concessão é inacreditável. Eu até fico admirado que só o pedir um concurso público já parece uma extravagância. Apesar do concurso público sabe-se que aquela empresa vai ter, durante vinte*

*anos, um negócio não concorrencial. E ver que, além disso, há prorrogação automática destes contratos é, de facto, demasiadamente grave para os dinheiros públicos e para o interesse público.*

*Incrível é ver que, de facto, há dinheiros públicos a investir nestes negócios, há rendas a privados, e, apesar de todo o investimento ser público, há aumento de tarifas, e apesar disso volta a verter sobre a população um aumento de uma tarifa já por si aumentada. Ou seja, as pessoas pagam como contribuintes e pagam depois como utilizadores. E o privado, nesta história, fica a ver se chove, literalmente.*

*Há aqui uma afirmação que merece um comentário que é a ideia de que este aumento é um valor financeira e socialmente sustentável. Financeiramente, do ponto de vista de quem arrecada as receitas, percebo que seja. Até podiam aumentar as receitas exponencialmente é sempre financeiramente sustentável. Agora, do ponto de vista social, parece-me algo estranho, ainda por cima tendo em conta que a AdRA, além de aumentar os preços, fez algo de muito mais interessante que foi aumentar os escalões mais baixos. Ou seja, penalizou claramente aqueles cujo consumo é mais poupado e curiosamente até despenalizou aqueles escalões mais altos que poderiam indicar um consumo exacerbado. E como se não bastasse isso, aumentou as taxas de disponibilidade, ou seja, os aveirenses bem podem não consumir água, ou podem, até, fazer alguma poupança de água, que têm as suas taxas fixas de disponibilidade aumentadas. Sobre um negócio rentável estão a ser aumentadas aquelas taxas que garantem que o negócio rentável é ainda mais rentável. Este tipo de parcerias e concessões só pode merecer a oposição do Bloco de Esquerda, e, nesse sentido, espero que esta Assembleia faça jus ao interesse público e não leve esta iniciativa avante.”*

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[061](#)

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Em relação ao ponto que estamos aqui a discutir, eu penso que ele apenas se cinge à aceitação do município de Oliveira do Bairro e de Vagos para entrar na Associação de Municípios do Carvoeiro.*

*Penso que esta é que é a questão que nos leva aqui e a questão que, penso, nós temos de falar. As questões que aqui estão a ser levantadas em relação ao consumo das águas, às tarifas das águas, todas essas situações, penso que diz mais a esta Assembleia discutir esses aspetos diretamente com a AdRA, porque a AdRA é, neste momento, a interventora e a exploradora de toda a parte de concessão de águas e de serviços no Município de Aveiro. Essa será a entidade com quem nós devemos lutar e defender o valor da água, o preço da água e o que nós pagamos, tanto em água como em saneamento.*

*Em relação a esta proposta, como já disse, sendo Oliveira do Bairro e Vagos que têm bons lençóis freáticos para captação de águas, penso que são uma mais-valia para a Associação dos Municípios do Carvoeiro. Ao alterarmos os estatutos termos que ter em tenção um ou outro pormenor, mas penso que será tudo uma questão de um melhor estudo e que será uma situação que está aquém desta Assembleia. Esta Assembleia poderá pedir uma nova análise.*

*Em relação à pretensão dos municípios de Oliveira do Bairro e de Vagos penso que estamos em condições de dar o nosso apoio. Muito obrigado.”*

Vogal António Salavessa (PCP)[062](#)

Vogal Carlos Barros (CDS)[063](#)

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[064](#)

*“Só muito telegraficamente para sublinhar as preocupações expressas pelo meu camarada Pedro Pires da Rosa e enfatizar, de facto, a questão que se afigura sensível no que respeita à prorrogação dos dez anos da concessão. Quem leu com um pouco de atenção e seguiu as notícias em relação ao Terminal de Contentores em Lisboa percebeu que houve decisões*

*contrariando uma prorrogação do género. A coisa é praticamente igual só que o negócio é outro. E, portanto, do ponto de vista jurídico seria avisado, independentemente do parecer favorável da entidade, mas do ponto de vista jurídico seria avisado, num sentido ou no outro, atendendo, eventualmente, à opinião do Sr. Vereador Pedro Ferreira e da Câmara, mas que pudesse atestar que a prorrogação do prazo por dez anos é, do ponto de vista jurídico, inatacável. Donde me parece absolutamente razoável que a Câmara, esta ou em conjunto com as outras do Carvoeiro, pudessem encontrar um expediente que garantisse juridicamente a blindagem do processo. E que me parece que não está garantida. Mas aguardo com expectativa as explicações que possam ser dadas pelo Vereador Pedro Ferreira para ver se mantenho esta minha opinião ou se, por ventura, a possa alterar. Disse.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[065](#)

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Este é um assunto que eu, realmente, não domino. Leio aquilo que nos é comunicado e acredito naquilo que é a informação que nos é dada. Este assunto que nós estamos aqui a deliberar está a ser também deliberado num outro conjunto de municípios. Por isso parece-me que este assunto possa ser interessante para a nossa região de Aveiro, atendendo ao objetivo do investimento: a ampliação do volume de reserva de água, que é um assunto que volta e meia falamos aqui, por acaso não temos falado muito ultimamente, mas é um assunto que preocupa e que, por isso, é importante que nós possamos ter reserva de água. Estes pressupostos que aqui foram falados, de poder haver um aumento da tarifa... é se se mantiverem estes pressupostos, porque se houver uma alteração dos pressupostos, e estes estão tipificados nos documentos que nos foram entregues, pode não ser necessário haver um aumento da tarifa. Aliás, até está previsto que possa haver uma redução do tarifário, principalmente se houver uma maior participação. A participação já é de cinquenta por cento de fundos comunitários, no valor de dezasseis vírgula oitenta e quatro milhões de euros num total de investimento de trinta vírgula quatro milhões. Também poderá haver um menor custo no investimento e, por isso, haver uma redução do tarifário ou mesmo um aumento de consumos.*

*Eu gostaria de perguntar, é uma pergunta de leigo, porque me parece que dos assuntos que nós temos aqui visto, é que há uma grande perda de quantidade de água quando se faz a distribuição. Os últimos números que nos chegaram indicam uma perda era de cinquenta por cento. Atendendo ao volume de água que é distribuída, cinquenta por cento é muita água. Nos estudos que aqui nos foram dados, há uns tempos atrás, falava-se que o objetivo era reduzir para trinta por cento. Para mim isso continua a ser muita água desperdiçada. Por isso, o que eu gostava de perguntar é se uma minimização dessas perdas também não poderia resultar numa diminuição de tarifário, porque isso parece que poderia ser interessante para todos.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento:[066](#)

*“Para um pedido de esclarecimento ao Prof. Manuel António. Poder-se-ia dizer que uma das formas de conseguir confundir a questão é o excesso de informação. Não acho que seja aqui o caso porque toda a informação que aqui está é absolutamente necessária, mas admito que seja um bocadinho complexa. Mas o grupo parlamentar do PSD é um grupo parlamentar grande e, portanto, seguramente que terá destacado um ou dois membros para estudar a questão com algum cuidado. E fora a questão jurídica, os consumos mínimos obrigatórios sobem e há uma indexação diferente daquela que está prevista. Com o aumento da água, com o aumento do preço da água, o normal é que os consumos de água desçam. A nossa população não aumentou. Nós não vamos gastar mais água mas vamos ser obrigados a comprar mais água. E se o município tem de comprar mais do que aquilo que consome, vai estar com alguma dificuldade. Não sei se seria a questão de Aveiro, mas há municípios que seguramente têm esta questão. Depois, com o preço das tarifas, o Prof. Manuel António esteve a falar do preço das*



*tarifas, como é que consegui perceber quanto é que vai ficar o valor, porque, na fórmula que aparece, um dos índices é o caso base. Provavelmente o caso base, que seria eventualmente o anexo seis, não está no anexo seis porque se abrir o anexo seis da documentação que está online no site da Câmara aparece-lhe o anexo sete, eu pergunto como é que fez o cálculo se lhe falta uma das constantes. Ora o Prof. Manuel António é professor universitário, da área das ciências, seguramente perceberá aquilo que lhe estou a perguntar.”*

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento:<sup>067</sup>

*“O Sr. deputado, António Manuel Coimbra, disse que esta questão das tarifas até pode vir a evoluir bem se a comparticipação for maior, se houver aumento de caudais... Aquilo que eu pergunto é se não viu ou não teve oportunidade de ver a outra parte. Aquela parte que diz que pode haver aumento de tarifas se o volume de investimento superior àquele que é previsto. Ou será que só viu metade? E a possibilidade de crescerem que também pode existir?”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento:<sup>068</sup>

*“Como disse no início, eu comecei a minha intervenção por dizer que realmente este era um assunto em que eu sou todo ouvidos porque continuo a fazer opinião. E, por isso, agradeço os esclarecimentos que prestaram em tom de pergunta. Eu só me limito a ler, realmente, o que aqui está e a fazer as minhas interpretações. É que aqui fala na possibilidade de redução do tarifário, pelas razões que foram apontadas. Como é óbvio.*

*Segundo os pressupostos, assim como há redução do tarifário, se ficar mais caro, se a comparticipação não for essa, se o custo for maior, é claro também que o tarifário terá de aumentar na devida proporção.*

*Quando se falava também na tarifa média, eu continuo a referir os valores que vêm no relatório e que diz que a tarifa média passa dois vírgula oitenta e seis euros por metro cúbico para um valor de dois vírgula nove euros por metro cúbico. É esta a estimativa que é considerada. E por isso são esses os valores que eu aqui reproduzi enquanto argumentos sobre a informação que nos foi dada. Muito obrigado.”*

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:<sup>069</sup>

*“Srs. Deputados. Pressuponho que o Partido Comunista Português esteja a favor da primeira parte, que é o alargamento aos outros municípios — e esteja contra a segunda porque é uma concessão e portanto estará sempre contra.*

*De qualquer forma dizer-lhe isto: Este modelo não é um modelo de SCUT. Este modelo é um modelo muito balizado em que o investimento privado (que é investimento privado) é pago através dos consumos.*

*É muito simples e muito claro. Não há efetivamente aqui, como tentou aqui transmitir (ouvem-se vozes)... tinha toda a razão se os municípios tivessem o dinheiro para investir. Aí tinha toda a razão.*

*Mas a verdade é que os municípios não têm esse dinheiro para investir. Quem investe é o privado e que depois vai buscar o dinheiro através dos consumos que são efetuados. Portanto, é este o modelo das concessões e desta em particular.*

*Porque é que não se faz outro modelo e se faz este? Eu irei explicar a seguir no alargamento da concessão, mas é muito simples. Estamos a falar de POVT. Até ao momento só se teve capacidade, o que obrigou a que houvesse um aumento tarifário para haver a comparticipação dos cinquenta e cinco por cento — e essa é que é a verdade.*

*Quanto ao modelo de exploração houve uma opção em tempos, por uma concessão, havia agora a possibilidade de se fazer ou não este investimento, entendeu-se que era bom fazê-lo por duas razões. Estamos a atingir os limites em termos daquilo que é a capacidade do sistema. Temos capacidade de ir buscar fundos comunitários para apoiar uma grande parte do*

*investimento. E temos disponível, numa altura em que não é fácil haver dinheiro para investimento, temos disponível uma concessionária que quer investir.*

*Podíamos de facto aguardar quatro anos. Daqui a quatro anos não temos é a garantia mínima de que teremos financiamento e não temos a certeza se haverá na altura dinheiro e se não ficará mais caro do que estar a fazer deste modo.*

*Portanto, com tantas incertezas, e tendo algumas garantias nomeadamente ao nível de financiamento do POVT, acho que é de investir.*

*Quanto ao alargamento da concessão. Dar nota que de facto o parecer da ERSAR não foi distribuído, não está. Eu dou nota que nós andamos a fazer este processo desde 2003. Não é de agora. Todo este processo foi acompanhado de muitas reuniões no ERSAR para se perceber se havia ou não incompatibilidades.*

*A comparação que foi feita, é comparar (eu ia usar uma imagem e estilo) água com vinho. O deputado Pedro Pires da Rosa falou do alargamento de uma concessão que foi alargada em mais de cinquenta anos, por um período superior ao da concessão inicial!*

*Como é óbvio, isso contraria as regras da União Europeia. Porque a União Europeia limita as concessões em termos temporais a vinte e cinco anos — à exceção das concessões ao nível das águas.*

*Esta concessão, e aquele alargamento que estamos a falar vai passar de vinte para trinta anos. Ou seja: é um terço da concessão. E nós poderíamos ir até aos doze anos e meio que é a metade.*

*Mas aquilo que foi definido foi um terço da concessão. São dez anos e não tem nada a ver com aquilo que se esteve a passar no terminal de Lisboa.*

*Dar-vos esta nota, que é uma nota final. Estamos a falar de um processo que tem um parecer do ERSAR, que tem contratos assinados com a POVT, que não me parecem que aceitassem fazerem um contrato de financiamento com uma coisa que fosse ilegal.*

*E, para além de mais, há uma garantia final que é estarmos a falar de uma Associação de Municípios que, como é óbvio, e está nos próprios Estatutos, este contrato tem que ser visado pelo Tribunal de Contas se não, não é válido.*

*Portanto temos todas as garantias de que, de facto, as coisas vão correr bem. Aliás, nós temos presidentes de câmaras que são juristas e quando votam isto tenho a certeza de que há algum conhecimento daquilo que estão a fazer. Alguns são advogados, são seus colegas, e tenho a certeza que antes de fazer as coisas estão a fazê-las bem.*

*Como vocês repararam (falou o João Carlos e falou também o deputado Pires da Rosa) os nossos consumos, se vocês repararem na evolução do modelo, têm diminuição, ao contrário de outros municípios.*

*Nesses municípios a expectativa é de limpar por completo as suas captações próprias — daí o aumento de consumo. No nosso caso, como disseram e bem, por várias razões, nós fomos cautelosos. Nós previmos uma ligeira diminuição dos caudais consumidos. Por duas razões: primeiro, o Município de Aveiro tem uma captação que se chama Vale das Maias. Era ridículo e absurdo não o usar.*

*Estamos a falar de um aquífero tipo esponja, chove enche, não chove não enche. Seria ridículo não usar isso. Aliás seria um ato de absoluta má gestão.*

*Nós temos a certeza de que os próximos anos serão anos em que os consumos irão descer. Nós temos novas tecnologias, cada vez mais as pessoas estão sensibilizadas para consumir menos água e, portanto, se vocês repararem, até nisso nós fomos cautelosos ao nível do que é a evolução dos nossos consumos. E são esses os consumos mínimos que nós temos de consumir. Ou seja: se isto aumentar há a possibilidade ainda se reduzir as tarifas.*

*Nós também fizemos neste processo (poder ser ou não relevante), mas estamos a falar de água à qual foi atribuída o galardão da melhor água em dois mil e dez. Ou seja, apesar de tudo, temos do outro lado um parceiro de confiança naquilo que é mais importante que é a questão da qualidade da água. As Águas do Carvoeiro, neste momento, têm o galardão de melhor*

*qualidade de água no país. E mais barata e que continuará a ser depois de todo este investimento. São duas notas que eu não poderia deixar de dar.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>070</sup>

*“Em primeiro lugar manifestar o acordo relativamente às dúvidas surgidas no que diz respeito à questão do concurso público para este alargamento de concessão, do tempo da concessão. Eu não sou juiz das intervenções dos Srs. Deputados, tenho uma opinião acerca daquilo que vai sendo dito, mas pareceu-me, neste ponto em particular, que houve alguns dos Srs. Deputados menos atentos ao dossier e à informação disponibilizada, apesar da lacuna e dos problemas, nomeadamente aquele mais grave e identificado pelo Sr. Deputado Pires da Rosa. Aquilo que está hoje em causa não é nenhuma concessão a privados. Aquilo que está em causa é o alargamento por mais dez anos da concessão a privados, associado, pela Associação, a um programa de investimentos e alargamento da área servida pelo sistema intermunicipal.*

*Portanto, temos o problema dos estatutos da Associação, é um facto, e depois é a alteração do contrato. É um contrato entre a Associação e a concessionária e porque é entre a Associação e a concessionária passa pelas decisões das Assembleias Municipais que há dezasseis anos votaram a concessão. Neste caso, lembro outra vez, com o voto contra do PCP. E estamos também perante um agravamento dos custos. Mas sobre, nomeadamente, os custos também há aí muita confusão naquilo que se está por aí a ouvir. Vamos lá ver se eu posso dar um contributo para clarificar. Por um lado está-se a ouvir que é muito cara, por outro ouve-se o Sr. Vereador da Câmara a dizer que é a água mais barata. E é verdade. É verdade. A Água do Carvoeiro, quando terminar esta fase, prevê vender a água a quarenta e sete centimos. No fim. Porque agora prevê vendê-la a trinta e um centimos. Estamos a falar da água mais barata, entregue à AdRA por este valor. E se a AdRA depois cobra dois euros e oitenta e sete centimos pelo mesmo metro cúbico de água é preciso perguntar à AdRA porque é que vai sobrecarregar, desta maneira, os custos. Não resulta desta concessão aquilo que se paga à AdRA por cada metro cúbico. Resulta das opções da AdRA, da política da AdRA e da gestão da AdRA. Não tem nada a ver com o que hoje estamos aqui a fazer. Poderá residualmente, se se quiser reverter, em dez centimos o custo final. Mas não havia necessidade. A AdRA multiplica por seis o valor que paga nos locais, nos pontos em que recebe cada metro cúbico. E nem sequer é no Carvoeiro. É nos pontos em que estão previstos na alta em que a gestão passa a ser da AdRA. Portanto, são duas questões completamente diferentes e que estão aqui a ser misturadas e que é necessário clarificar. Mesmo nesta perspetiva, entendo que é um mau negócio e volto a dizer que não se pode dizer que é um investimento do privado. É um investimento dos municípios. Quando a concessão foi feita há dezasseis anos, quando ela foi feita, a concessionária pagou metade do valor da concessão à cabeça. A concessão valeu cem milhões de contos, mas metade foi pago à cabeça à Associação.*

*Agora aqui há um alargamento neste âmbito, há um alargamento da área de exploração, do volume de exploração, então não pagam à cabeça aos municípios o valor destes doze milhões que vão pagar no primeiro ano e no segundo ano de investimento? É perfeitamente normal para os municípios poderem ser ressarcidos do seu investimento. Porque formalmente são os municípios que fizeram o investimento. De facto são os municípios que fazem o investimento, não tenho qualquer dúvida acerca disso por muito que o Sr. Vereador tente explicar as coisas. As rendas são devidas, mas pagam do dinheiro do município e o município paga o investimento. É assim que eu vejo.*

*Por isso, porque não há razões para que esta concessão seja agravada e agravados os custos, independentemente do papel da AdRA, não há nada que justifique perante o volume de negócio que é previsto, um alargamento da tarifa, à partida, de trinta e um centimos para quarenta e sete centimos no final da concessão. Não há nada que justifique isto.*

*Estando de acordo com o alargamento e o investimento, estamos em desacordo com os termos em que o mesmo vai ser processado.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[071](#)

*“Para alguma coisa serviu esta discussão. Ficou aqui bem demonstrado que foi por responsabilidade da própria Câmara que a Câmara perdeu o controle total sobre o preço da água que chega às torneiras de cada município. E quando a Câmara se aperceber, o Bloco já se apercebeu, acho que toda a gente se apercebeu menos o Executivo, que há cidadãos sem acesso à água por impossibilidade económica de pagarem vai ser tarde de mais. Depois de todo este processo em que nós percebemos que o investimento que este programa traz é de pouco mais de trinta milhões de euros, com dinheiro dos municípios, e mesmo assim, quando a água podia ficar mais barata, está claro nos documentos que vai ficar mais cara, é precisamente porque não há controle público sobre o preço da água. Só há investimento público, venha dos municípios ou dos programas europeus. O investimento é todo público, o lucro é todo privado. É isto que está a acontecer por erro da Câmara e, por isso, é que ninguém conseguiu aqui explicar o impacto previsto nas tarifas. Ninguém conseguiu explicar, nem consegue, porque não é explicável, a não ser através do desejo do aumento do lucro através da venda de um bem que não tem alternativa. E, por isso, resta uma pergunta essencial: a Câmara está, porque os estatutos permitem isso, disposta a sair da AdRA para ter controle sobre o preço da água que presta aos seus cidadãos? Muito obrigado.”*

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[072](#)

*“Muito boa noite. Em relação à questão dos caudais mínimos há uma situação, não sei se é do conhecimento geral, mas em Barcelos a autarquia vê-se num processo em que terá de indemnizar a empresa concessionária das águas precisamente porque não cumpriu com os caudais mínimos. Portanto, acautelem-se. Terá de indemnizar a concessionária porque os fregueses de Barcelos não consumiram, não houve tanta exigência de água como era entendido no contrato.*

*Nós até podemos entrar num processo de racionalização de água pelos piores motivos, que é ela está tão cara que as pessoas acabam por economizar, se calhar até em algumas coisas que são essenciais, e não numa política, realmente, sustentável. O que eu gostava de saber é se o executivo está em condições de garantir que daqui a uns anos não estamos num processo litigioso com a concessionária, porque não se cumpriram os caudais mínimos e ela estará a exigir as contrapartidas por efeitos contratuais.”*

(Entretanto saíram da sala os Vogais João Alberto Simões Barbosa e Manuel Viera dos Santos)

Vogal Paulo Marques (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[073](#)

*“O Dr. Pires da Rosa levantou aqui uma questão que é, de facto, pertinente, que é a questão jurídica. Sincera e honestamente é uma questão a ter em consideração.*

*No entanto, eu também queria dizer o seguinte. Eu não acredito que um conjunto de oito municípios, seis mais dois futuramente, com as suas assembleias municipais que aprovaram a sua adesão à Associação dos Municípios do Carvoeiro e que tiveram na base dessa aprovação, com toda a certeza, acesso aos estatutos da própria associação, que tenham aprovado um documento que enferma de alguma ilegalidade. Até porque, ao comprovar-se essa situação, estamos perante a própria existência da Associação. A partir do momento que se prove que a Associação tem uns estatutos aprovados, estatutos que são analisados em assembleias municipais e que levam que as próprias assembleias, que os próprios municípios, assumam*

*determinada postura, neste caso em termos de adesão à Associação, se existe um quadro de ilegalidade na base desses estatutos então a própria Associação está em causa e estão em causa as posições assumidas pelas assembleias e pelos municípios representados. Está em causa a possibilidade de, mais tarde ou mais cedo, a comprovar-se tal situação, os próprios municípios colocarem em dúvida a existência da Associação do Carvoeiro e de colocarem em dúvida as posições assumidas anteriormente. Nós acreditamos que não é isso que está aqui a acontecer, e nós acreditamos que este processo será benéfico para Aveiro. Mas também sabemos, quando foi assinado o contrato com a AdRA que existem cláusulas que podem pôr em causa todo este processo, se elas não forem cumpridas e se a AdRA as não cumprir. É isso que temos de estar atentos. Chegará a altura em que esse contrato terá de ser renegociado e teremos de ver se valeu, ou não, a pena a adesão à AdRA. Disse”.*

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[074](#)

*“É uma questão, porque o deputado que me antecedeu esteve aqui durante algum tempo a fazer um discurso totalmente sem pés nem cabeça, a responder a uma acusação de ilegalidade da associação do Carvoeiro/Vouga que não foi colocada (que eu tenha ouvido) nem pelo Bloco nem por outra bancada qualquer.*

*É por isso que eu gostava de lhe perguntar muito simplesmente porque é que esteve cinco minutos a responder a uma questão que não foi colocada e onde é que ouviu alguém a acusar a associação de ilegalidade? O que esteve aqui em causa foi sim uma política económica que está errada e que prejudica os cidadãos. Obrigado.”*

(Entretanto saíram da sala os Vogais Sesnando Alves dos Reis e Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu)

Vogal Paulo Marques (CDS)[075](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[076](#)

*“Bem. Isto não é uma questão de fé. E por muito que eu acredito na bondade do Sr. Vereador, e acredito, e na seriedade do documento que nos é apresentado, que até nem é da responsabilidade direta da Câmara, é mesmo da Associação de Municípios do Carvoeiro, eu não ponho em causa a questão do parecer da ERSAR. Eu acho é que o parecer da ERSAR devia estar aqui e não chega a indicação do número ERSAR traço zero zero seis, e que eu tive dificuldade em acertar. E devia estar aqui o parecer da ERSAR. Não sei se está no link, se se pode consultar em algum lado, mas eu sei é que o devia ter lido e sei que todos o devíamos ter lido. E pronto... é isto.*

*Agora, sobre a questão da prorrogação não me restam as mínimas dúvidas. Ainda que por um ato de magia o parecer servisse para enganar os aplicadores da lei e não a aplicarem como ela deve ser aplicada, ou seja, no que ela efetivamente prevê, ainda que isso não suscitasse nenhum tipo de responsabilidade, ainda assim era um mau negócio porque a concessão, em dois mil e dezasseis, se vocês virem o contrato, todos os investimentos que foram feitos pelo concessionário durante estes vinte anos ingressam no património da Associação dos Municípios do Carvoeiro no final da concessão, em dois mil e dezasseis. Assim, só vai ser em dois mil e vinte e seis, e eventualmente com investimento.*

*Dois. Se existissem concurso, as águas são, provavelmente, um dos maiores negócios deste milénio ou deste século. Um grande negócio. Fazer isto retirado de um concurso é inacreditável. É inacreditável! Eu não estou a dizer que a responsabilidade seja desta autarquia, eu não estou a dizer que a responsabilidade seja do Presidente da Câmara, eu até acho que isto é da responsabilidade da Associação dos Municípios do Carvoeiro, efetivamente dos municípios que a compõem no seu conjunto, e eventualmente de um presidente de câmara que gosta de assumir o papel de preponderância nessas matérias, Eng. Ribau Esteves. Essa é*

que é a questão. Isto, do meu ponto de vista, é um mau negócio para todos os municípios que lá estão. É um mau negócio e parece-me absolutamente impensável. E mais... nós estamos aqui, à exceção do Executivo, não somos políticos profissionais, fazemos algum esforço e alguma dedicação para ler os documentos. A mim parece-me claro que pode resultar, ainda que não resulte no final, resultará, forçosamente, algumas implicações e chatices, perguntas e esclarecimentos, sobre a questão da legalidade prorrogação da concessão. Eu não estou a dizer que o Sr. Presidente de Câmara quer agora uma negociata. Não tem nada a ver com isso. Eu nunca usei esses termos, não é a minha forma de estar aqui e o Sr. Presidente de Câmara saberá bem isso e far-me-á essa justiça. Mas o que eu digo é que em política, o Sr. Presidente e nós todos que aqui estamos, todos os partidos, temos que ter algum cuidado sobre as coisas. Uma coisa que começou por uma concessão com uma empresa pública que era as “Águas do Vouga - Exploração e Gestão do Sistema Regional do Carvoeiro, SA” que depois foi adquirida pela Áquapor que era uma entidade pública, em dois mil e oito foi vendida a privados, e não fomos informados de nada.

Acho que as Assembleias Municipais deveriam ter sido informadas disso. E essa informação não nos chegou, nem a nós, nem a nenhum das Assembleias Municipais da Associação dos Municípios do Carvoeiro. E esta empresa é vendida a uma outra empresa que foi, curiosamente, também criada em dois mil e oito, provavelmente com este nome que não deixa de ser sugestivo: “Criar Vantagens”, pois não digo que não crie, não é? Com um capital social de cinco mil euros. Alguém acredita nisto? Cinco mil euros? Em que os seus acionistas são: a BragaParques que não tem propriamente um objeto social, uma sociedade gestora de participações sociais que tem também ligações à BragaParques com alguns sócios e alguns associados, e a InvestHome que também tem ligações à construção. Isto não é normal? Eu não estou a dizer que vai por aqui uma nuvem, e que esteja tudo envolvido, e “ai Jesus que não sei quê”... eu acho que devemos ter algum cuidado. E para gerir bem o dinheiro público de forma clara, e ainda que se tenha estado sempre de boa-fé no processo, e eu não duvido que haja alguém aqui, nesta assembleia, que não esteja de má-fé, a única coisa que eu pedi e comecei por pedir, com alguma meiguice, e para não ter que catapultar isto do ponto de vista político, porque se isto resultar, do ponto de vista político, numa derrota para a Associação dos Municípios do Carvoeiro, não é propriamente para a Câmara, do meu ponto de vista, ao menos que se tivesse o cuidado de suspender esta votação, o nosso vereador que é representante na Associação dos Municípios do Carvoeiro fazer a solicitação de um parecer à Procuradoria-geral da República. Se virem na votação do Executivo os vereadores do Partido Socialista votaram a favor. O PS não se opõe, numa lógica de solidariedade regional, a que seja extensível. Agora, temos que ter algum cuidado. Isto não é uma questão de fé. Pode ser que chova. O parecer da ERSAR é favorável. Mas então há algumas notas, algumas crenças, algumas ressalvas? Eu não sei, eu não li. Não me chegou. Não pode ser assim, Sr. Presidente. E não é “não pode ser assim, Sr. Presidente”. Não pode ser assim caros colegas de bancada da posição. Não pode ser assim. Eu acho que devíamos suspender este ponto, estamos a tempo, e a Assembleia Municipal pode continuar perfeitamente porque nós temos outros pontos, e procure-se investigar e esclarecer mais concretamente uma posição mais sólida, do ponto de vista jurídico, que prometa escudar a todos para a votação. Eu estou a trabalhar para vocês. Eu estou à vontade. Se insistirem na votação, eu voto contra, faço uma declaração de voto vencido na ata, de acordo com a lei das autarquias, e não recebo uma carta, no futuro, do que seja.

Isto não ajuda ninguém, sobretudo não ajuda a Câmara. Eu tenho dúvidas sobre as vantagens do negócio. Eu acho que o negócio é vantajoso. Eu não digo que não. Eu acho que o negócio poderia ser muito mais vantajoso para a Associação dos Municípios do Carvoeiro. E só conseguiríamos saber isso se abrissemos concurso.

E depois vêm com a questão dos fundos. Quem vai fazer o investimento e o retorno das rendas, para tentar esclarecer essa questão, quem vai fazer o retorno das rendas realmente vai ser o

*concessionário, que é uma empresa privada. Quem vai fazer o investimento e quem vai lá ao fundo comunitário, efetivamente, é a Associação dos Municípios que é uma coisa pública. Mas vai lá e concessionaria pelos dez anos para receber pelo privado e o que é contabilizado, entre aspas, como investimento são aqueles treze milhões ou catorze milhões de euros. Ou seja, vai existir investimento público dos dinheiros do PRODER para suportar ou ajudar a suportar algum lucro para a Associação dos Municípios, mas também para o privado. Isto não pode ser, só porque o dinheiro não é nosso. Não pode ser.”*

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[077](#)

*“Eu não me queria estender muito nas considerações, mas queria corroborar inteiramente o que o meu colega anteriormente disse e salientar uma questão que é esta: não colocando em causa a postura de ninguém neste processo, mas, de facto, há processos que aqui vêm que carecem de documentos. E esse parecer da ERSAR é um parecer que nós não conhecemos e que eu gostaria de saber se esclarece cabalmente a possibilidade de se prorrogar o prazo de concessão face àquilo que está escrito na cláusula sexta do atual contrato de concessão. É que o atual contrato de concessão, na cláusula sexta, que se intitula de prazo de concessão diz o seguinte: o prazo de vigência do contrato é de vinte anos, contado da data de início do período de funcionamento normal tal como se define na cláusula nona seguinte. Mais nada. Portanto, nesta cláusula sexta de prazo de concessão não está contemplada uma prorrogação.*

*E o que eu gostaria de saber, em concreto, é se esse parecer da ERSAR cobre essa situação. Esta é uma situação muito objetiva.*

*Relativamente à questão que foi aqui colocada pelo Sr. Deputado Paulo Marques, o que acontece nas outras assembleias municipais nós não sabemos, nós não sabemos como é que o processo está instruído nas outras assembleias municipais e se tem pareceres ou não. Portanto, estar a fazer esta comparação parece-me infundada. O que nós queremos é saber aqui como é que o processo está instruído aqui, que documentos é que são cá trazidos e como é que nós podemos decidir sobre os mesmos. Aliás, o mesmo se passou, do meu ponto de vista, no ponto anterior. Eu ouvi atentamente o Sr. Presidente explicar que foram desenvolvidas diversas ações para estudar soluções alternativas, mas nós não vimos aqui um documento que nos avaliasse, do ponto de vista comparativo, essas alternativas e que nos dissesse, claramente, que face a este processo que foi desenvolvido esta é a que nos parece ser a melhor alternativa, com estas vantagens e estas desvantagens. Se nós possuíssemos esses documentos, se o processo viesse instruído dessa forma, facilitaria o trabalho a todos nós que aqui estamos. Porque depois entraríamos num campo não de forma, não estaríamos aqui a discutir forma mas estaríamos a discutir conteúdo. Obviamente que no conteúdo podemos ter visões convergentes e visões divergentes. Agora, assim eu admito que é difícil partirmos para outro nível de discussão porque, de facto, há um conjunto de premissas que não são previamente conhecidas. O Sr. Presidente diz que sim, o Sr. Vereador diz que sim, ninguém põe isso em causa, mas, de facto, como nós sabemos, para quem está na vida pública o que conta é o documento, é o parecer, é aquilo que fica registado e fica escrito. Portanto, não havendo isso parece-me muito complicado votar a favor. E centro-me só nesta cláusula. Podíamos estar aqui a fazer uma intervenção sobre o negócio, sobre as águas, etc, mas não me parece razoável.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[078](#)

*“Um pedido de esclarecimento ao orador que me antecedeu. Se o orador que me antecedeu tem conhecimento do artigo quatrocentos e dez do código da contratação pública que diz, e é muito breve, Sr. Presidente: «o prazo de vigência do contrato é fixado em função do período de tempo necessário para amortização e remuneração em normais condições de rentabilidade*

*de exploração do capital investido pelo concessionário». E depois diz, no número dois: «na falta de estipulação contratual, o prazo a que se refere o número anterior é de trinta anos». O que para aqui dava porque vinte mais dez dá trinta. «Nele se incluindo a duração e qualquer prorrogação contratualmente prevista». O que é que isto quer dizer? Que o legislador teve o cuidado de distinguir entre os contratos que têm a prorrogação contratualmente prevista e os contratos que não têm a prorrogação contratualmente prevista. Sendo que um contrato de um concessão, onde concorreram num concurso público vários concorrentes, e que era por vinte anos sem prorrogação, é um contrato que não pode ser prorrogado sob pena de falir o próprio concurso que existiu há vinte anos atrás.*

*Tem esta noção, Sr. Deputado que me antecedeu?”*

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:<sup>079</sup>

*“Duas notas. Primeiro, como é óbvio a informação é absolutamente igual em todos os municípios. Aliás, o que foi distribuído foi enviado pela Associação e é igual para todos. E só dar esta nota ao Deputado Salavessa. Sr. Deputado, a entrada inicial que foi dada pela concessionária, na altura, deveu-se ao facto de estar a cobrir investimentos já feitos pelos municípios. Como é óbvio, o próprio modelo que é igualzinho a este, previa a recuperação deste investimento.”*

**De seguida o Presidente da Mesa interrompeu<sup>080</sup> os trabalhos, nos termos regimentais, a pedido do Grupo Municipal do Partido Socialista.**

**Retomados os trabalhos o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>081</sup> o Ponto 3.1. – Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Carvoeiro (AMCV) – deliberação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta votos a favor (PSD18+CDS4+PS7+IND1), uma abstenção (PCP1) e dois votos contra (BE2).**

**Continuando, colocou à votação<sup>082</sup> o Ponto 3.2. – Aditamento ao Contrato de Concessão de serviço público de distribuição abastecimento de água aos municípios associados – deliberação, sendo a mesma aprovada por maioria, com vinte três votos a favor (PSD18+CDS4+IND1), zero abstenções, e dez votos contra (PS7+BE2+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP): - Nos termos do art. 93.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/02 de 11 de janeiro<sup>083</sup>

*“O PCP absteve-se no alargamento da Associação de Municípios de Carvoeiro, devido às ligações deste ponto com o ponto seguinte da ordem de trabalhos (Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do PSF). Votaríamos a favor, se o processo de alargamento multimunicipal fosse feito de outra forma, de forma adequada.*

*Votámos contra as alterações ao Contrato de Concessão porque entendemos que sendo o novo investimento realizado integralmente por Fundos Comunitários e pela Associação de Municípios, não se justifica o alargamento do Contrato sem concurso público do prazo de concessão, tal como não se justifica o agravamento das tarifas praticadas pela concessionária que, desde já, se admite que as mesmas se repercutam com uma dimensão injusta e imoral na população da nossa região.”*



Vogal Ivar Corceiro (BE): - Nos termos do art. 93.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/02 de 11 de janeiro<sup>084</sup>

*“O Grupo do Bloco de Esquerda pretende fazer uma declaração de voto de vencido. Antes de mais está a certeza de que o preço da água vai subir para os cidadãos aveirenses e o Bloco nunca pactuará com esse aumento que vise essencialmente o preço da água, principalmente quando esse aumento é sobre uma tarifa já de si aumentada. O Bloco rejeita que o dinheiro público sirva para lucro de empresas privadas. E é isso que se passa aqui! Por norma não seríamos contra a entrada de novos municípios, mas recusamos que mais municípios sigam esta política escandalosa que é contra o interesse público. A declaração de voto de vencido justifica-se e baseia-se no entanto pelas questões contratuais — a existência de obrigatoriedade de caudais mínimos que podem gerar indemnizações de dinheiros público aos concessionários caso não sejam cumpridos e a falta de concurso público na prorrogação da Concessão. Muito obrigado.”*

Vogal Carlos Barros (CDS):<sup>085</sup>

*“Votámos a favor deste ponto porque consideramos que a entrada de Vagos e Oliveira do Bairro na Associação de Municípios de Carvoeiro vai beneficiar e muito tanto pelo especto de populações, como pelo especto de captação de águas dos seus níveis freáticos. Muito obrigado.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS): - Nos termos do art. 93.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/02 de 11 de janeiro<sup>086</sup>

*“O Partido Socialista votou a favor o ponto 3.1 por entender e por uma questão de princípio de solidariedade regional, porque fará algum sentido a inclusão dos municípios de Vagos e de Oliveira do Bairro na Associação de Municípios de Carvoeiro.*

*Contudo essa inclusão dos dois municípios baseava-se numa série de pressupostos de um projeto de expansão económica, que entre outras coisas prevê um aditamento da Concessão, no qual o grupo do PS só pode votar contra, pedindo o seu registo em ata de voto de vencido nos termos do artigo 93.º da Lei 169/99, por entender em primeiro lugar que, muitas dúvidas foram levantadas sobre a legalidade da questão e que reproduzimos na intervenção que já foi feita.*

*E ainda, porque entendemos que, esta solidariedade regional tem andado sempre num determinado sentido e culmina quase sempre com o mesmo fim. Com investimentos solidários mas que resultam em conclusão apenas em fortes investimentos em alguns municípios de forma desproporcionada e curiosamente municípios que se refletem na pessoa do senhor Ribau Esteves Presidente do município de Ílhavo.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):<sup>087</sup>

*“O Grupo Municipal do PSD votou favoravelmente a alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Carvoeiro, que passa a incluir os municípios de Oliveira do Bairro e de Vagos.*

*E também votou a favor o aditamento ao Contato de Concessão de serviço público de distribuição e abastecimento de água aos municípios associados, tendo em conta a fundamentação que foi dada por esta Câmara Municipal, nomeadamente no que diz respeito à garantia da quantidade e qualidade de água que vai ser proporcionada aos municípios e a ampliação do volume de reserva também — e tendo em conta que os aspetos jurídicos foram salvaguardados pela Câmara, tal como nos foi comunicado. Muito obrigado.”*

**De seguida o Presidente da Mesa<sup>082</sup>, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do**

**plenário a aprovação em minuta da ata<sup>089</sup> respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada<sup>090</sup> por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.**

**De seguida o presidente da Mesa deu por encerrada<sup>091</sup> a segunda reunião da Sessão Ordinária de fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 14 de março (4.ª feira) pelas 20:00 horas.**

**Eram 24:00 horas do dia 07 de março de 2012.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(3:30)